



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria do Planejamento  
e Gestão*

# IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

1º Trimestre de 2016



Fortaleza – Ceará  
Junho de 2016

**ipece** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
ECONÔMICA  
DO CEARÁ

## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice-Governadora

### SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueiredo – Secretário

### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis – Diretor de Estudos Econômicos

#### IPECE Conjuntura – 1º Trimestre – jan.mar. de 2016

#### Equipe Técnica

*Adriano Sarquis (Coordenação Geral)*

*Daniel Suliano (Coordenação Técnica)*

*Alexsandre Lira Cavalcante*

*Ana Cristina Lima Maia Souza*

*Flávio Ataliba*

*Gabriel Figueiredo*

*José Freire Junior*

*Nicolino Trompieri Neto*

*Paulo Pontes*

*Witalo de Lima Paiva*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

#### Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

#### Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

#### Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o IPECE CONJUNTURA – Boletim da Conjuntura Econômica Cearense, referente aos resultados do 1º trimestre de 2016.

Neste documento, são apresentadas análises do cenário econômico internacional e nacional, os quais serviram de parâmetros para essa reflexão sobre o desempenho da atividade econômica do Estado do Ceará.

O Boletim contempla uma série de seções envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense a partir dos três grandes setores: agropecuária, indústria e serviços, tendo este último foco no comércio varejista (comum e ampliado). O Mercado de trabalho é analisado com base na PNAD contínua e o emprego formal. Comércio exterior e finanças públicas são outros tópicos em destaque no documento.

Paralelo à análise da conjuntura, uma última seção reserva espaço para reflexão sobre a recente proposta de congelamento do orçamento da União por meio de um artigo de opinião.

O Boletim IPECE CONJUNTURA procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo da economia cearense.

## ÍNDICE

### SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

#### 1. PANORAMA INTERNACIONAL, 4

#### 2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, 6

#### 3. ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO, 12

#### 4. ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL, 13

##### 4.1. Agropecuária, 13

##### 4.2. Indústria, 17

##### 4.3. Serviços (Comércio Varejista), 22

#### 5. MERCADO DE TRABALHO, 31

##### 5.1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 31

##### 5.2. Emprego Formal, 33

#### 6. COMÉRCIO EXTERIOR, 40

#### 7. FINANÇAS PÚBLICAS, 46

#### 8. CONSIDERAÇÕES GERAIS, 49

#### 9. ARTIGO DE OPINIÃO, 53

*Os Perigos do Congelamento do Orçamento, 53*

IPECE Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). – Fortaleza, CEARÁ.  
ISSN 2357-7789

Economia Brasileira. Economia Cearense. Indústria.

Mercado de Trabalho. Finanças Públicas.

Fortaleza – Ceará

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- O crescimento da economia mundial para o ano de 2016 apresenta uma estimativa de 3,2%, taxa próxima da registrada para o ano de 2015 (3,1%), conforme dados do FMI, na publicação do *World Economic Outlook Update* de abril de 2016.
- O PIB nacional tem apresentado uma série de quedas sucessivas, conforme já relatado pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV que previu uma trajetória de queda da atividade econômica nacional. Assim, o que inicialmente começou com uma leve recessão tem-se tornado uma das maiores depressões da história econômica brasileira. A leve queda de 0,3% neste primeiro trimestre de 2016 já ocorre em uma base baixa do quarto trimestre de 2015, quando houve recuo de -1,3%.
- No primeiro trimestre de 2016 com relação ao mesmo período de 2015, a economia cearense apresentou uma queda de 5,51%.
- Quanto ao desempenho do setor agropecuário, as expectativas de chuvas no começo do ano foram melhor do que ano passado, levando os agricultores a começarem a plantar. As estimativas realizadas pela LSPA/IBGE para a produção de grãos no Ceará indicam crescimento no ano de 2016, comparada a produção obtida em 2015. Todavia, os reservatórios de água vêm sendo preocupação para o Estado. Ao observar as bacias hidrográficas cearenses em março, notou-se que o nível correspondia a apenas 13,46%.
- Nos meses iniciais de 2016, a indústria de transformação cearense manteve o padrão de comportamento que a vem caracterizando desde o início de 2014. No primeiro trimestre do ano, a manufatura estadual registrou uma retração de 8,5% quando comparada ao mesmo período de 2015, de acordo com o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE).
- No que tange ao varejo comum, as maiores quedas trimestrais passaram a ser observadas no primeiro trimestre de 2016, reflexo da piora do quadro da crise econômica que afeta o País. O varejo ampliado também experimentou uma trajetória de queda trimestral tanto no Brasil quanto no Ceará, sendo que, diferente do ocorrido no varejo comum, as vendas cearenses apresentaram quedas mais significativas que o varejo nacional.
- Ao longo de 2015 a taxa de desemprego no Ceará entrou num processo de alta sistemática. Na região Nordeste já a partir do segundo trimestre do ano de 2015 a taxa atingiu o patamar de 10,3% chegando ao primeiro trimestre de 2016 em 12,8%. Para o Brasil e Ceará esse primeiro trimestre do ano encerra-se com uma taxa de quase 11% tendo crescido quase dois pontos percentuais com relação ao trimestre anterior.
- O número de postos de trabalho celetistas fechados nos três primeiros meses do ano de 2016 correspondeu à metade dos postos de trabalho celetistas fechados no acumulado em todo o ano de 2015.
- As exportações do Ceará no primeiro trimestre de 2016 apresentaram redução de 5,84% em relação ao mesmo período de 2015. As importações, por sua vez, totalizaram uma queda de 50,56%, comparada também ao mesmo período do ano anterior. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit (-US\$ 262,3 milhões), menor, portanto, do que o registrado no mesmo período do ano passado (-US\$ 758,9 milhões).
- Com relação as finanças públicas, deve-se destacar o crescimento de 0,6% das “Receitas Correntes Líquidas”. É importante observar o comportamento desse indicador, pois se considera essa receita para o cálculo dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 1 PANORAMA INTERNACIONAL

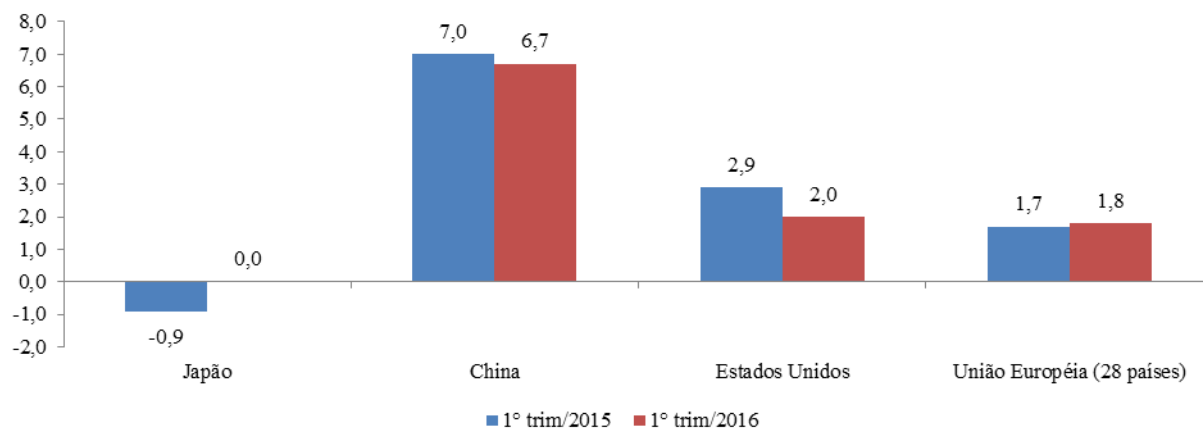
O crescimento da economia mundial para o ano de 2016 apresenta uma estimativa de 3,2%, taxa próxima à registrada para o ano de 2015, quando o crescimento foi de 3,1%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do *World Economic Outlook Update* de abril de 2016. Essa previsão vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha e Espanha; e pelos países emergentes, como a Índia e China.

O crescimento econômico dos Estados Unidos ficou aquém do esperado nesse primeiro trimestre devido à diminuição do ritmo de crescimento da demanda interna, com o enfraquecimento dos gastos do consumidor, bem como da demanda externa, com o dólar mais forte afetando as exportações. Outro fator que influenciou esse fraco desempenho foi o preço mais baixo do petróleo afetando as empresas petrolíferas. Ao analisar os fatores que contribuíram para o crescimento da economia americana destacam-se os gastos do consumidor, embora mais fracos, bem como do Estado e dos governos locais. Diante dessa conjuntura americana, o FED decidiu não mudar as taxas de juros de referência, mantendo entre 0,25% e 0,50%, à espera da próxima reunião.

Quanto aos países da União Européia, suas economias continuam na trajetória de retomada do crescimento, apesar da redução das estimativas em consequência de fatores externos. Para o 1º trimestre de 2016, a estimativa é de crescimento de 1,8%, comparado ao mesmo período de 2015, segundo dados da OCDE. Esse bom desempenho vem sendo influenciado principalmente pelo crescimento do consumo e favorecido pelo baixo preço do petróleo. Dentre os países do bloco, destacam-se a Alemanha, que mantém sua economia sólida e com taxas de crescimento positiva, a Espanha, que apresentou uma taxa acima do projetado, bem como a França que também teve crescimento no primeiro trimestre de 2016 acima do esperado.

A economia da China, conforme dados da OCDE, apresentou estimativa de crescimento de 6,7% no primeiro trimestre de 2016. Embora esse resultado seja menor do que o registrado no mesmo período de 2015, que foi de 7,0%, ainda assim, foi considerado maior que o previsto. Esse crescimento foi atribuído principalmente ao desempenho do setor de serviços, tendo a queda das exportações impedido melhor desempenho da economia chinesa. Vale ressaltar que desde o ano passado o Banco Central chinês vem cortando sua taxa de juros, em um esforço para impulsionar a economia.

**Tabela 1.1:** Taxa (%) de Crescimento da Economia – 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo trimestre de 2015



Fonte: OECD. Elaboração: IPECE.



## 2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No primeiro trimestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que representa o somatório dos valores adicionados dos setores da Agropecuária, Indústria e Serviços, acrescidos dos impostos líquidos dos subsídios, registrou uma queda de 5,4% em relação ao primeiro trimestre de 2015 (Tabela 2.1), apresentando um desempenho bem inferior ao primeiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período do ano de 2014.

**Tabela 2.1:** Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Brasil - 2015 e 1º Trim. 2016 (\*)

Setores e Atividades	1º Trim. 2015 (**)	2º Trim. 2015 (**)	3º Trim. 2015 (**)	4º Trim. 2015 (**)	2015	1º Trim. 2016 (**)
<b>Agropecuária</b>	<b>5,4</b>	<b>2,2</b>	<b>-2,0</b>	<b>0,6</b>	<b>1,8</b>	<b>-3,7</b>
<b>Indústria</b>	-4,4	-5,7	-6,7	-8,0	-6,2	-7,3
Extrativa Mineral	12,5	8,2	4,2	-4,1	4,9	-9,6
Transformação	-7,3	-8,1	-11,3	-12,0	-9,7	-10,5
Construção Civil	-8,3	-10,6	-6,3	-5,2	-7,6	-6,2
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	<b>-6,6</b>	<b>-1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>-1,4</b>	<b>4,2</b>
<b>Serviços</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>-2,9</b>	<b>-4,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>-3,7</b>
Comércio	-5,9	-7,1	-9,9	-12,4	-8,9	-10,7
Transportes	-4,0	-5,2	-7,7	-9,0	-6,5	-7,4
Intermediação Financeira	0,7	0,1	0,4	-0,4	0,2	-1,8
Administração Pública	-0,4	0,5	0,9	-1,2	0,0	-0,8
Outros Serviços	-1,2	-2,0	-3,5	-4,4	-2,8	-3,4
<b>VA a preços básicos</b>	<b>-1,7</b>	<b>-2,5</b>	<b>-3,8</b>	<b>-5,0</b>	<b>-3,3</b>	<b>-4,6</b>
<b>PIB pm</b>	<b>-2,0</b>	<b>-3,0</b>	<b>-4,5</b>	<b>-5,9</b>	<b>-3,8</b>	<b>-5,4</b>

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

(\*) São dados preliminares, na nova base de 2010, e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(\*\*) Em comparação a igual período do ano anterior;

(\*\*\*) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Dentre as atividades que contribuem para a geração do valor adicionado, a agropecuária teve queda de 3,7% em relação a igual período do ano anterior. Este resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho de alguns produtos com safra relevante no primeiro trimestre e pela produtividade. Segundo o LSPA/IBGE, divulgado em maio de 2016, algumas culturas apresentaram retração na estimativa de produção anual: fumo em folha (-20,9%), arroz em casca (-7,6%) e milho em grão (-5,0%). Por outro lado, a cultura de soja apontou variação positiva de 1,3% na produção anual. A maior parte das culturas importantes no trimestre apontou queda de produtividade.

A indústria recuou 7,3%. Nesse contexto, a indústria de transformação caiu 10,5%, influenciada pelo recuo da produção de máquinas e equipamentos; da indústria automotiva e outros equipamentos de transporte; produtos metalúrgicos; produtos de metal; produtos de borracha e material plástico; eletroeletrônicos e equipamentos de informática; e móveis.

A construção também apresentou queda no volume do valor adicionado (-6,2%). Já a extrativa mineral caiu 9,6% em relação ao primeiro trimestre de 2015, puxada pela queda da extração de minérios ferrosos e de petróleo e gás. A atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana registrou expansão de 4,2%, influenciada pelo desligamento de termelétricas no 3º trimestre de 2015 e no 1º trimestre de 2016.

O valor adicionado de serviços apresentou uma queda de 3,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, com destaque para a contração de 10,7% do comércio e de 7,4% de transporte, armazenagem e correio, puxado pela queda do transporte e armazenamento de carga. Também registraram quedas: serviços de informação (-5,0%), outros serviços (-3,4%), intermediação financeira e seguros (-1,8%) e a administração, saúde e educação pública (-0,8%). As atividades imobiliárias apresentaram variação nula.

Já a Tabela 2.2, a seguir, apresenta os resultados do primeiro trimestre do ano de 2016 sob a ótica da produção dos três grandes setores e pela ótica da demanda que inclui os componentes da absorção doméstica e exportações líquidas. Além disso, é observado o PIB a preços de mercado ao longo dos últimos cinco trimestres.

Não obstante algumas oscilações, desde o segundo trimestre de 2014 o PIB nacional tem apresentado uma série de quedas sucessivas. O que inicialmente começou como uma leve recessão tem-se tornado uma das maiores depressões da história econômica brasileira. A leve queda de 0,3% neste primeiro trimestre de 2016 já ocorre em uma base baixa do quarto trimestre de 2015, quando houve recuo de -1,3%.

No que tange a ótica da produção houve recuo na Agropecuária, Indústria e Serviços e, respectivamente, -0,3%, -1,2%, -0,2%. Mesmo com a ainda persistente depreciação da taxa de câmbio o setor agropecuário manteve uma leve queda considerando ser um setor que ainda sofre influência da sazonalidade e flutuação dos preços das *commodities*.

A indústria é o setor produtivo que mais reflete o impacto da crise com sucessivas quedas de atividade. Apesar do recuo de -1,2% as bases de comparação são muito baixas. Nos últimos três trimestres anteriores houve queda de -1,6%, -2,0% e 3,7% no setor. Os efeitos de curto prazo da alta do dólar não foram suficientes para sua alavancagem persistindo os efeitos estruturais de longo prazo. Essas retrações sucessivas podem vir a provocar algum crescimento nesse ano por conta da manutenção dos estoques.

O reflexo da baixa atividade econômica no lado da produção pode ser observado nos serviços, setor de maior componente da produção. Como observado na seção de mercado de trabalho abaixo a taxa de desemprego atingiu quase 11% o que impactou diretamente no comércio varejista. Outros subsetores como intermediação financeira também são atingidos em razão de uma inflação esperada acima da meta e carência de crédito, o que acaba reduzindo o horizonte dos agentes econômicos. A leve queda de 0,2% no primeiro trimestre de 2016 acontece em uma base baixa de -1,5% no quarto trimestre de 2015.

**Tabela 2.2:** Taxa de crescimento do PIB Trimestral – Brasil (%)

		Com Ajuste Sazonal				
Descrição		1º Trim. (2015)	2º Trim. (2015)	3º Trim. (2015)	4º Trim. (2015)	1º Trim. (2016)
PIB a preços de mercado		-1,2	-2,0	-1,6	-1,3	-0,3
Ótica da oferta	Agropecuária	4,9	-3,7	-3,2	2,9	-0,3
	Indústria	-1,2	-3,7	-2,0	-1,6	-1,2
	Serviços	-1,1	-1,0	-1,0	-1,5	-0,2
Ótica da Demanda	Consumo das famílias	-2,6	-2,1	-1,6	-0,9	-1,7
	Consumo do governo	-0,5	0,3	0,3	-2,9	1,1
	Formação bruta de capital fixo (FBKF)	-3,9	-7,2	-3,9	-4,8	-2,7
	Exportações	12,6	3,4	-2,3	0,1	6,5
	Importações (-)	-1,2	-7,8	-6,9	-5,5	-5,6

Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: IPECE.

Do lado da demanda, apenas os gastos do governo elevaram-se em 1,1%. O consumo das famílias, por sua vez, retraiu -1,7%, registrando a quinta queda consecutiva por trimestre, o que demonstra o grau de profundidade da depressão econômica haja vista ter sido o componente da demanda que registrou as maiores taxas de crescimento antes e após a crise financeira de 2008.

A formação bruta de capital fixo vem acumulando sucessivas quedas, chegando ao patamar de 16.9% do PIB, abaixo, portanto, do obtido no trimestre imediatamente anterior (19,5%). O problema da forte retração dos investimentos é o impacto negativo que vai ter sobre a capacidade produtiva da economia em um horizonte de longo prazo. Até a sua recuperação, o crescimento da economia levará um período mais longo de tempo.

Como pode ser observado na Tabela 2.2 as exportações vêm respondendo positivamente à desvalorização cambial. Já as importações vêm sucessivamente apresentando queda de forma que o ajuste cíclico no setor externo tem contribuído para o equilíbrio na demanda agregada.



Exportações e importações neste primeiro trimestre de 2016 apresentaram comportamentos diferenciados de crescimento e queda de 6,5% e -5,6%, respectivamente.

#### *Inflação e Taxa de Juros*

O ano de 2016 teve início com sérias dificuldades econômicas. O primeiro trimestre de 2016 trouxe um pouco de alento em termos de melhora dos indicadores econômicos. O IPCA<sup>1</sup>, relativo a março de 2016, em Fortaleza, registrou uma variação de 0,72% no mês, muito acima do registrado no Brasil. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) encontra-se na primeira colocação das cidades que apresentaram maior variação no IPCA, seguida de Porto Alegre (0,67%). Já Recife sofreu uma deflação em março de 2016 (-0,04%), o mesmo acontecendo com a cidade de Salvador (-0,14%).

Em relação ao acumulado dos doze meses, a RMF registrou, até março de 2016, uma variação acumulada de 10,88%, alcançando o indesejável dois dígitos junto com Curitiba e Porto Alegre. No acumulado de doze meses Vitória se destacou como a cidade que apresentou menor variação acumulada (7,56%).

Já o INPC, que afeta diretamente as famílias de menor poder aquisitivo, na RMF registrou, no mês de Março de 2016, uma variação de 0,55%, bem inferior ao registrado pelo IPCA para o mesmo período, impactando mais suavemente nas famílias de menor poder aquisitivo. Logo, em termos comparativos, a RMF ficou em 5º lugar com maior variação no INPC, posição mais confortável quando comparada com o IPCA (primeira colocação). Com relação à menor variação do INPC, as cidades de Recife e Salvador, como aconteceu no IPCA, apresentaram deflação.

Em termos da variação acumulada até março de 2016, o INPC da região de Curitiba teve a maior variação (11,4%), sendo umas das cinco cidades a alcançar os dois dígitos no acumulado dos últimos 12 meses. A consequência perversa dessa variação é que o impacto maior ocorre nas famílias de menor poder aquisitivo. Já a RMF registrou 10,91% de variação do INPC nos últimos doze meses, resultando em uma variação acumulada acima da registrada no Brasil e a segunda maior variação de todas as cidades pesquisadas. (Tabela 2.3).

---

<sup>1</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável pelo cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para onze regiões metropolitanas e duas cidades com mais de 30% da população brasileira: Fortaleza, Belém, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Campo Grande, Vitória, Brasília e Goiânia. A diferença entre os índices se dá pela faixa de renda do consumidor e consequentemente no peso de cada grupo. O IPCA abrange as famílias com rendimentos monetários de 1 a 40 salários mínimos, enquanto que o INPC se refere às famílias com rendimento de 1 a 5 salários mínimos. Vale ressaltar que o IPCA é o índice oficial que mede a inflação do país.

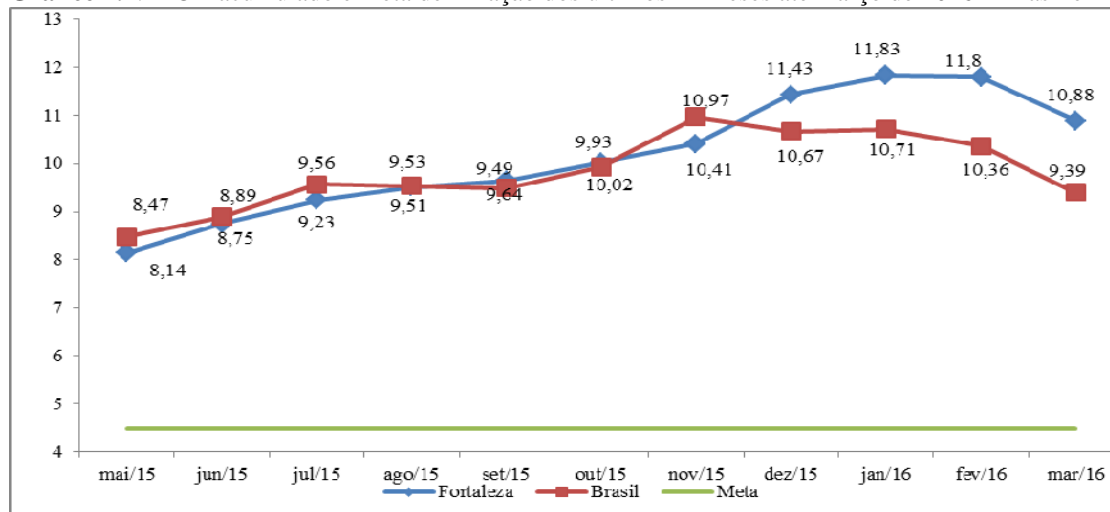
**Tabela 2.3:** IPCA e INPC do mês de março e do acumulado no ano até março de 2016 das regiões pesquisadas

Região	Variação (%)			
	IPCA		INPC	
	Março (%)	Acumulado dos 12 meses (%)	Março (%)	Acumulado dos 12 meses (%)
Belém	0,53	9,97	0,65	10,33
Recife	-0,04	9,92	-0,03	10,45
Salvador	-0,14	9,37	-0,07	9,94
São Paulo	0,57	9,39	0,68	9,72
Rio de Janeiro	0,29	8,94	0,30	9,69
Goânia	0,56	9,45	0,50	9,85
Belo Horizonte	0,49	8,17	0,51	8,72
Porto Alegre	0,67	10,19	0,59	10,28
Curitiba	0,57	10,48	0,65	11,04
<b>Fortaleza</b>	<b>0,72</b>	<b>10,88</b>	<b>0,55</b>	<b>10,91</b>
Brasília	0,12	8,79	0,12	9,79
Campo Grande	0,43	8,33	0,39	8,72
Vitória	0,16	7,56	0,22	8,06
<b>Brasil</b>	<b>0,43</b>	<b>9,39</b>	<b>0,44</b>	<b>9,91</b>

Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.

A evolução do IPCA acumulado para a RMF e Brasil dos últimos doze meses é apresentada no Gráfico 2.1 a seguir evidenciando que cada vez mais ambos se afastam da meta estipulada pelo Banco Central (4,5%) até de janeiro de 2016, não obstante o pequeno declínio a partir de fevereiro de 2016. Observa-se, também, que a trajetória da inflação da RMF segue sempre acima do IPCA registrado no Brasil a partir de dezembro de 2015 continuando até março de 2016.

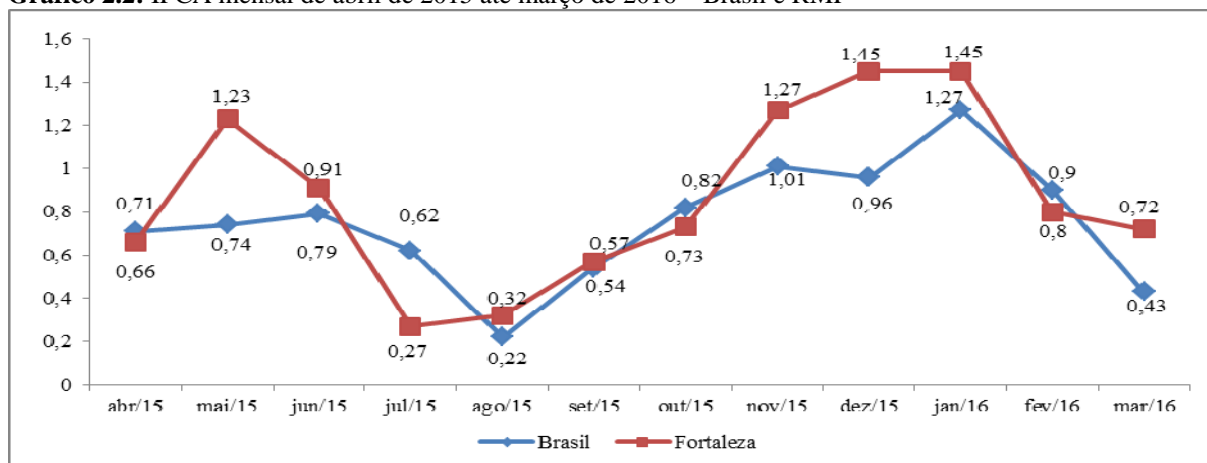
O que gera apreensão quando se olha a trajetória do índice no período 2015 e 2016 é que a partir de novembro de 2015 tanto o Brasil como a RMF alcançaram os dois dígitos, correndo-se o risco de retorno da indexação de toda a economia.

**Gráfico 2.1:** IPCA acumulado e meta de inflação dos últimos 12 meses até março de 2016 – Brasil e RMF

Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.

A inflação da RMF apresenta grandes variações em relação ao Brasil posicionando-se alguns períodos acima e em outros abaixo no período de doze meses. A volatilidade está tão presente no IPCA da RMF que em maio de 2015 a variação alcançou 1,23%, decrescendo rapidamente nos dois meses posteriores, chegando a 0,27% em julho de 2015. (Gráfico 2.2).

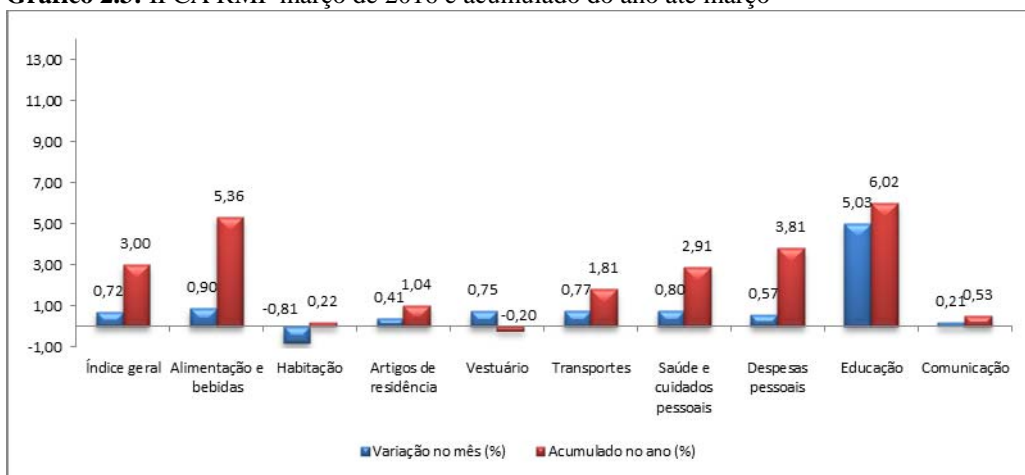
**Gráfico 2.2:** IPCA mensal de abril de 2015 até março de 2016 – Brasil e RMF



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

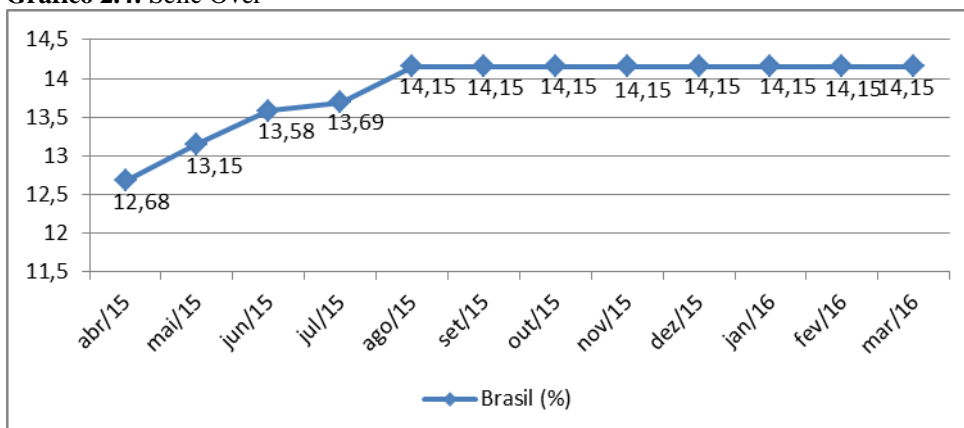
No Gráfico 2.3, seguinte, observa-se que no grupo alimentação e bebidas houve uma variação de 0,90% no mês de março, superior ao índice geral registrado na RMF (0,72%). Já no acumulado do ano de 2016, até março, a variação chegou a 5,36% em apenas três meses. Se levarmos em conta o peso que a alimentação representa no orçamento da grande maioria das famílias constata-se o quadro preocupante em que se encontra a RMF com relação à variação de preços observados no início de 2016. Dos subitens considerados nesse grupo Frutas tiveram o maior crescimento (9,54%); em contrapartida, os legumes sofreram uma deflação (-10,96%).

Das variações de preços observadas em março de 2016, somente o grupo Habitação sofreu uma deflação de -0,81%, puxada pela redução no item Energia Elétrica Residencial (-4,46%). Em compensação o grupo Educação registrou uma variação em torno de 5%, mais de cinco pontos superior a maior variação de todos os grupos pesquisados, o que terminou repercutindo no acumulado do ano de 2016, quando o item Educação teve uma variação de 6%, impulsionada, principalmente, pelo aumento nos preços dos cursos regulares (6,93%).

**Gráfico 2.3:** IPCA RMF março de 2016 e acumulado do ano até março

Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.

Finalmente, no Gráfico 2.4 apresenta-se a evolução da taxa Selic Over acumulada no ano, praticada entre abril de 2015 e março de 2016. A Selic Over é obtida a partir do financiamento no mercado interbancário lastreado em títulos públicas. O seu cálculo é diário. No período de abril de 2015 a agosto de 2015 a taxa de juros praticada não parou de crescer, após esse período, as taxas permaneceram inalteradas em 14,15% até o momento, ou seja, março de 2016. Em janeiro de 2015, segundo dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, a taxa de juros Selic praticada no país, era de 11,82%, passando para 14,15% em agosto de 2015, um crescimento de aproximadamente 20% em sete meses. Esta tendência de alta encerrou-se a partir de setembro de 2015 e nesse período a inflação em Fortaleza e no Brasil voltou a acelerar. O que tem-se observado é que apesar das constantes altas das taxas determinadas pelo COPOM, a inflação continua a não ceder e, pelo contrário, permanece seguindo uma trajetória de alta ao longo de 2015, principalmente após o “congelamento” da taxa Selic a partir de agosto de 2015 em 14,15%. Apenas em março, se observa um pequeno declínio no IPCA.

**Gráfico 2.4:** Selic Over

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: IPECE.

### 3 ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO

No primeiro trimestre de 2016 com relação ao mesmo período de 2015, a economia cearense apresentou uma queda de 5,51%. Esta queda mostra que a economia do Ceará vem sofrendo as consequências da crise macroeconômica brasileira registrada a partir do segundo trimestre de 2014. Essa crise repercutiu no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, quando registrou-se a primeira queda daquele ano (-5,69%). (Tabela 3.1).

**Tabela 3.1:** Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades – Ceará – 2015 e 1º Trim. 2016 (\*)

Setores e Atividades	1º Trim. 2015 (**)	2º Trim. 2015 (**)	3º Trim. 2015 (**)	4º Trim. 2015 (**)	2015	1º Trim. 2016 (**)
<b>Agropecuária</b>	<b>0,81</b>	<b>-37,11</b>	<b>-31,35</b>	<b>4,05</b>	<b>-21,45</b>	<b>8,91</b>
<b>Indústria</b>	<b>-1,13</b>	<b>-4,94</b>	<b>-10,38</b>	<b>-12,38</b>	<b>-7,38</b>	<b>-8,35</b>
Extrativa Mineral	-4,04	-3,86	-4,98	-23,44	-9,27	5,18
Transformação	-4,96	-7,35	-10,48	-11,50	-8,70	-10,01
Construção Civil	1,25	-6,52	-17,20	-19,35	-10,73	-13,10
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	10,59	13,11	10,85	10,91	11,34	12,51
<b>Serviços</b>	<b>0,93</b>	<b>-2,85</b>	<b>-6,19</b>	<b>-6,96</b>	<b>-3,87</b>	<b>-5,21</b>
Comércio	-4,82	-6,49	-11,93	-16,00	-10,04	-9,45
Alojamento e Alimentação	11,21	10,62	9,14	4,71	8,86	-1,09
Transportes	-0,72	-3,65	-9,09	-12,51	-6,76	-6,90
Intermediação Financeira	-0,41	-9,18	-12,02	-10,08	-8,16	-6,65
Administração Pública	4,06	1,93	-0,56	-0,11	1,30	-2,52
Outros Serviços	0,12	1,12	2,87	3,20	1,82	3,58
<b>VA a preços básicos</b>	<b>0,93</b>	<b>-5,99</b>	<b>-8,85</b>	<b>-7,42</b>	<b>-5,49</b>	<b>-5,53</b>
<b>PIB pm</b>	<b>0,92</b>	<b>-5,69</b>	<b>-8,60</b>	<b>-7,40</b>	<b>-5,35</b>	<b>-5,51</b>

Fonte: IPECE e IBGE.

(\*) São dados preliminares, na nova base de 2010, e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(\*\*) Em comparação a igual período do ano anterior;

(\*\*\*) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, a Agropecuária apresentou no primeiro trimestre de 2016, em comparação com o mesmo período de 2015, um crescimento de 8,91%. Para o mesmo período de análise, a Indústria apresentou uma queda de 8,35%, apresentando o mesmo ritmo de queda dos quatro trimestres de 2015, e bem superior à queda do primeiro trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, onde registrou-se uma queda de 1,13%. O setor de serviços, por sua vez, apresentou uma queda de 5,21%, como consequência do fraco desempenho das atividades do Comércio, Transportes e Intermediação Financeira.

## 4 ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL

### 4.1 Agropecuária

O ano de 2016 apresenta-se como o quinto ano consecutivo de seca no Ceará, agravando ainda mais a situação hídrica e conseqüentemente trazendo problemas para o setor produtivo, especialmente o setor agropecuário que é bastante afetado pela falta de chuvas e pelo pouco volume de água nos reservatórios, implicando em redução no fornecimento de água nos pólos agrícolas irrigados.

Conforme dados da FUNCEME, o primeiro trimestre de 2016 apresentou uma quantidade de chuva abaixo da média normal. Comparando o ano de 2016 e 2015, observa-se que nesse primeiro trimestre a pluviosidade foi maior em 2016, com quantidade de 374,7 mm, contra o valor de 302,5 mm, no primeiro trimestre de 2015.

Outro fato importante a ressaltar é que as chuvas ocorreram em maior quantidade em regiões consideradas maiores produtoras agrícolas, a exceção de Jaguaribara que registrou o menor volume de chuvas no trimestre, com 304,3 mm. Outras regiões com menores volumes de chuvas foram Sertão Central e Inhamuns (307,6 mm), Maciço de Baturite (372,5 mm) e Litoral de Fortaleza (398,8 mm). Enquanto que as maiores quantidades de chuvas foram registradas nas regiões do Litoral Norte (509,7 mm), Cariri (481,9 mm) e Litoral do Pecem (464,5 mm).

**Tabela 4.1:** Comparativo do desvio percentual entre a média das normais e a média das pluviosidades observadas 1º trimestre de 2015 e 2016

Macrorregião	Normal (mm)	Observada (mm)		Desvio (%)	
		1º trim. 2015	1º trim. 2016	1º trim. 2015	1º trim. 2016
Cariri	521.7	321.2	481.9	-38.4	-7.6
Ibiapaba	476.7	335.1	428.5	-29.7	-10.1
Jaguaribara	380.0	275.1	304.3	-27.6	-19.9
Litoral de Fortaleza	480.7	522.4	398.8	8.7	-17.1
Litoral de Pecem	441.8	356.7	464.5	-19.3	5.1
Litoral Norte	527.7	371.8	509.7	-29.5	-3.4
Macico de Baturite	423.2	394.3	372.5	-6.8	-12.0
Sertao Central e Inhamuns	357.1	244.0	307.6	-31.7	-13.9
Ceará	420.8	302.5	374,7	-28.1	-11,0

Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE.

Desde o ano passado os reservatórios de água vêm sendo preocupação para o Estado. As chuvas do primeiro trimestre de 2016 não foram suficientes para melhorar capacidade dos



reservatórios. Ao observar as bacias hidrográficas cearenses em março, notou-se que o nível correspondia a apenas 13,46%.

Das regiões, a situação mais vulnerável, segundo a COGERH, está no Baixo Jaguaribe, com apenas 0,23% da capacidade de armazenamento. Em seguida está o Banabuiú, com apenas 3,06%, a região do Curu, com 3,09% da capacidade total em seus 13 açudes. Em melhor situação está a região do Coreaú, com 44,63% e Litoral, com 44,12% da capacidade total de armazenamento de água.

**Tabela 4.2:** Capacidade e volume (%) de armazenamento das Bacias Hidrográficas do Ceará – 2016

Regiões	Quantidade de açudes	Capacidade (m <sup>2</sup> )	Volume (em março 2016)	
			(m <sup>3</sup> )	(%)
Acaraú	14	1.721.047.165	191.226.843	11,11
Alto Jaguaribe	23	2.782.046.000	859.074.564	30,88
Baixo Jaguaribe	1	24.000.000	54.750	0,23
Banabuiú	19	2.759.753.240	84.545.292	3,06
Coreaú	9	308.660.000	137.751.664	44,63
Curu	13	1.028.210.000	31.813.219	3,09
Litoral	10	215.132.392	94.923.302	44,12
Médio Jaguaribe	15	7.389.107.414	682.990.020	9,24
Metropolitana	19	1.371.412.000	294.323.118	21,46
Salgado	15	452.312.000	83.086.746	18,37
Serra da Ibiapaba	1	141.000.000	27.765.624	19,69
Sertões de Crateús	10	447.000.000	20.489.061	4,58
<b>Ceará</b>	<b>149</b>	<b>18.639.680.211</b>	<b>2.508.044.203</b>	<b>13,46</b>

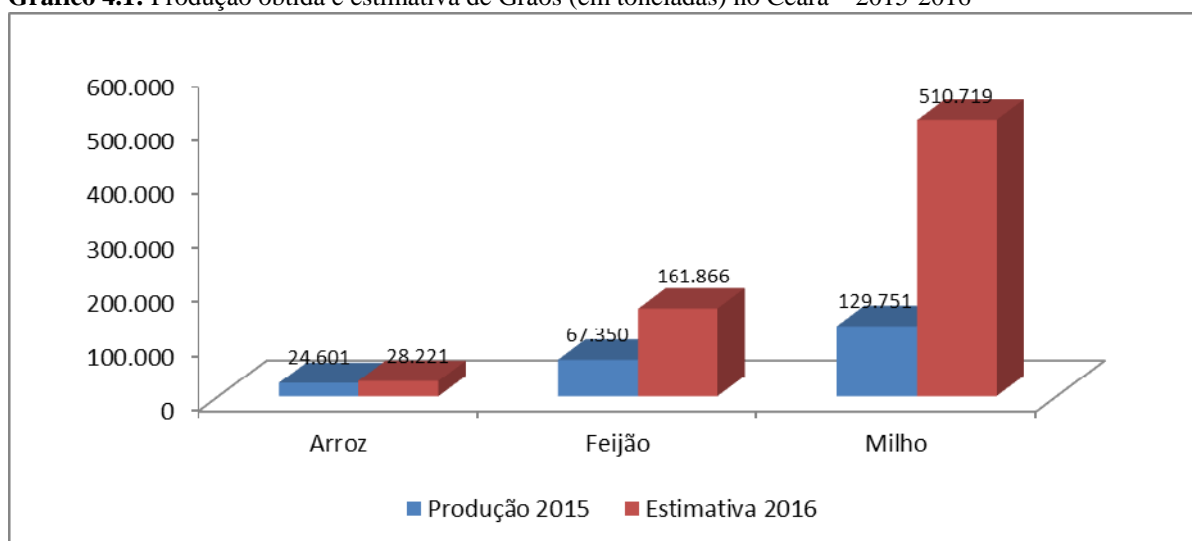
Fonte: COGERH. Elaboração: IPECE.

Diante das expectativas de chuvas no começo do ano, que foi melhor do que no ano passado, os agricultores logo começaram a plantar. Sendo assim, as estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE<sup>2</sup>, para a produção de grãos no Ceará indicam um crescimento no ano de 2016, comparada a produção obtida em 2015. Destaque para o aumento da produção das culturas de milho e feijão, que apontam variação de 293,61% e 140,34%, respectivamente. A produção de arroz indica crescimento menor, de apenas 14,71%, comparada a quantidade obtida em 2015.

<sup>2</sup> As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começam o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratamentos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

Ressalta-se que todo começo de ano as estimativas estão mais elevadas, visto que considera o ano em condições favoráveis de produção. As estimativas do primeiro trimestre estão baseadas principalmente na informação de áreas plantadas e produtividade prevista. Apenas nas demais estimativas são captados os efeitos ocorridos ao longo do período. Sendo assim, entende-se que esses valores de produção são alterados, conforme novas informações levantadas pela LSPA.

**Gráfico 4.1:** Produção obtida e estimativa de Grãos (em toneladas) no Ceará – 2015-2016



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (\*) O valor de 2014 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2015 corresponde a estimativa.

A produção de frutas em 2016 indica bons resultados para quase todas as culturas, destacando o coco-da-baía, com crescimento de (70,75%), mamão (48,27%), goiaba (42,23%), laranja (35,35%) e maracujá (30,96%), todas da lavoura permanente. A produção de castanha-de-caju também prever um aumento de 185,13%, porém essa estimativa só poderá ser melhor analisada do segundo trimestre em diante, visto que a produção só ocorre a partir do segundo semestre do ano. O melão é a única fruta, dentre as citadas na Tabela 4.3, com indicação de queda de produção, com taxa de -64,9%.

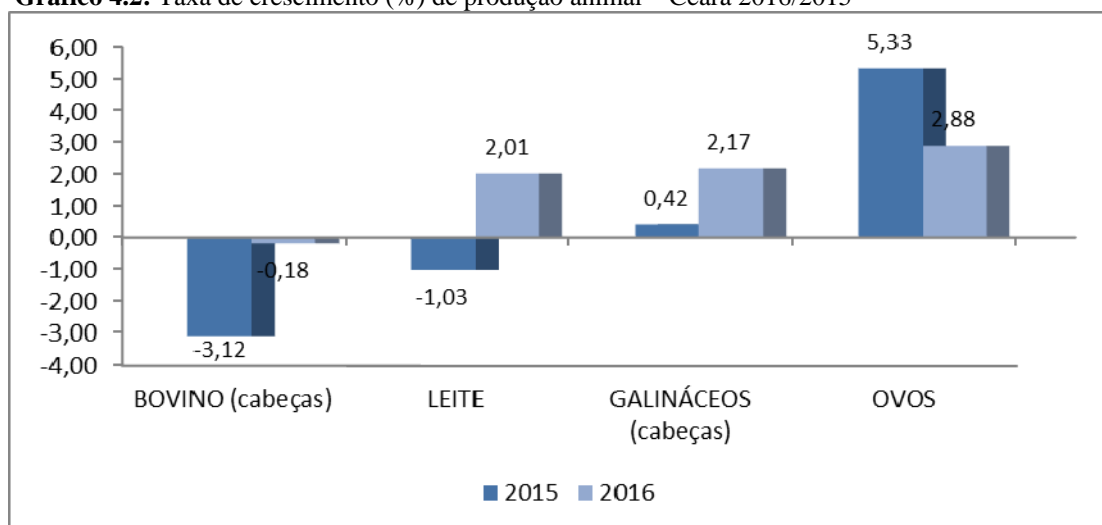
**Tabela 4.3:** Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará - 2015-2016

Produção de Frutas	Produção 2015 *	Estimativa 2016	Varição (%) 16/15
Acerola	12.477	16.217	29,98
Banana	385.028	468.168	21,59
Goiaba	14.005	19.920	42,23
Laranja	9.915	13.420	35,35
Mamão	94.478	140.080	48,27
Manga	45.259	56.744	25,38
Maracujá	93.079	121.896	30,96
Melancia	35.805	41.316	15,39
Melão	111.487	39.135	-64,90
Castanha de caju	52.118	148.605	185,13
Abacaxi **	2.894	3.022	4,42
Coco-da-baía **	189.398	323.400	70,75

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Notas: (\*) O valor de 2013 refere-se a produção obtida e o valor de 2014 corresponde a estimativa. (\*\*) Produção em mil frutos.

Pelo lado da produção animal destaca-se a produção de ovos, com crescimento esperado de 2,88% em 2016, comparado com o ano de 2015. Essa atividade em 2015 cresceu 5,33%. Ressalte-se também o desempenho positivo da atividade galináceos, que indica crescimento de 2,17% em 2016, com relação ao ano anterior. Quanto à produção de bovino as estimativas indicam um decréscimo de -0,18% em 2016, já tendo registrado queda de 3,12% em 2015. Esses resultados mostram a redução que a atividade bovina vem obtendo nos últimos anos no Ceará. Já a produção para o ano de 2016 indica crescimento de 2,01%, relativamente a 2015 (Gráfico 4.2).

**Gráfico 4.2:** Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2016/2015

Fonte: IBGE/IPECE. Elaboração: IPECE.

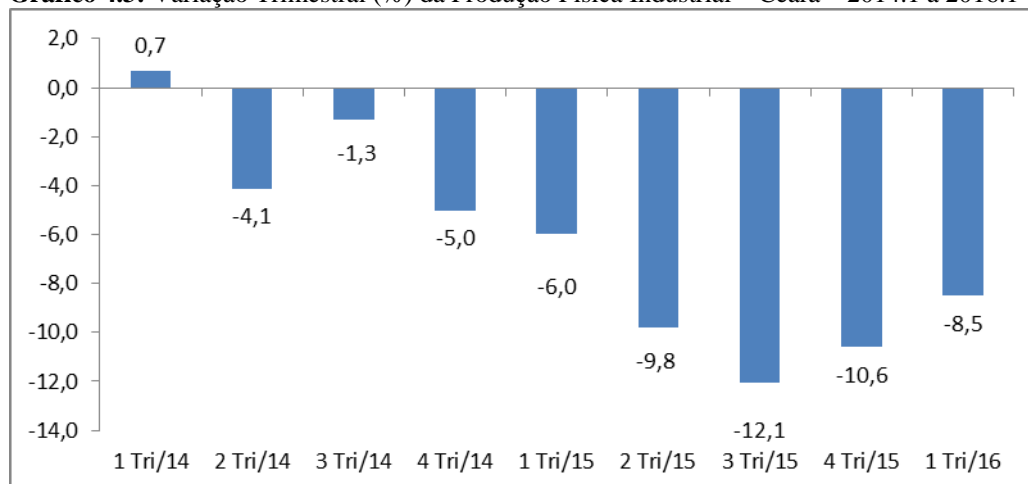
## 4.2 Indústria

### *Indústria de Transformação*

Nos meses iniciais de 2016, a indústria de transformação cearense manteve o padrão de comportamento que a vem caracterizando desde o início de 2014. No primeiro trimestre do ano, a manufatura estadual registrou uma retração de 8,5% quando comparada ao mesmo período de 2015, de acordo com o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE).

O resultado para o período se constitui no oitavo trimestre seguido de queda na produção da indústria cearense quando se faz a comparação trimestral. Como já destacado nos informativos anteriores, tem-se um quadro de redução continuada na atividade industrial, o que torna cada novo resultado negativo ainda mais expressivo, dada a base de comparação já bastante deprimida. O Gráfico 4.3, a seguir, mostra as taxas trimestrais a partir de 2014.

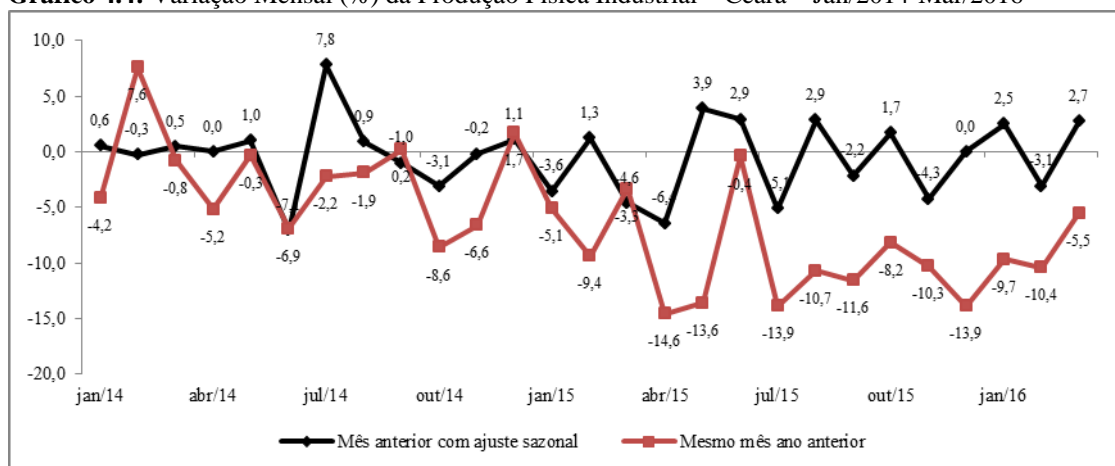
**Gráfico 4.3:** Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2014.1 a 2016.1



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

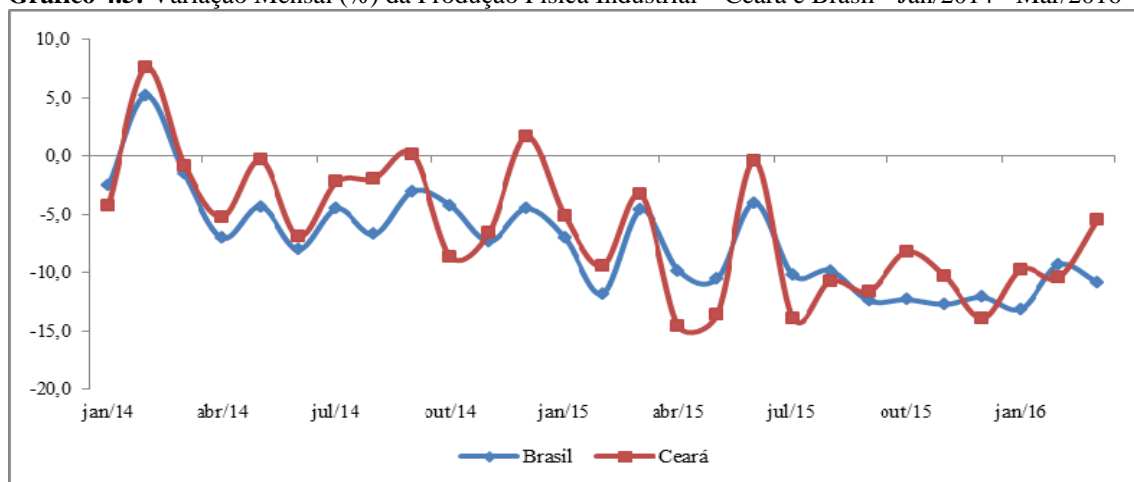
Na avaliação mensal, em comparação com os mesmos meses do ano anterior, o período de janeiro a março foi de queda contínua na produção industrial de, respectivamente, -9,7%, -10,4% e -5,5%, como mostra o Gráfico 4.4. Os resultados iniciais de 2016 dão continuidade ao quadro observado ao longo de todo o ano de 2015, com redução mensal no nível de produção na comparação com os anos anteriores.

**Gráfico 4.4:** Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará – Jan/2014-Mar/2016

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Já na avaliação contra os meses imediatamente anteriores, a produção industrial vem registrando uma oscilação intensa, alternando resultados negativos e positivos desde meados do ano anterior. No início de 2016, os resultados foram um crescimento de 2,5% em janeiro sobre dezembro, seguido de uma queda de 3,1% em fevereiro na comparação com janeiro e uma nova expansão em março, de 2,7% em relação a fevereiro. Tal quadro revela a dificuldade em se manter um ritmo de expansão sustentável e em condição suficiente para reverter o quadro de redução da produção que tem sido observado a cada trimestre.

No Gráfico 4.5, abaixo, é feita uma comparação da trajetória mensal da atividade industrial no Ceará e no Brasil. Neste, é possível também perceber o quadro recessivo para a atividade no país.

**Gráfico 4.5:** Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil - Jan/2014 - Mar/2016

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Como já discutido nos últimos informativos, a redução da produção industrial é uma conjuntura comum a quase todas as unidades da federação. O ambiente de menor dinamismo econômico e retração na indústria ocorre na maior parte dos Estados brasileiros, independente do perfil de sua indústria ou do nível de competitividade apresentada por este setor.

Entre as quatorze unidades com levantamento, apenas duas delas registraram resultados positivos no início de 2016: Mato Grosso, com crescimento de 6,5%, e a Bahia, com uma expansão de 5,2%, sendo que no caso baiano a base deprimida em 2015 pode ter contribuído para o resultado. Já entre aquelas que apresentaram redução, destaque para os principais parques industriais do país, como Amazonas (-23,1%), São Paulo (-13,8%), e Rio de Janeiro (-10,9%). Destaque negativo também para Pernambuco, com a maior queda no país (-25,8%). A indústria nacional, em conjunto, encolheu em 11,1%, enquanto a manufatura no Nordeste encolheu relativamente menos, 4,3% no primeiro trimestre de 2016 em relação a 2015. A Tabela 4.4 traz os resultados para os Estados pesquisados, para o país e a região.

**Tabela 4.4:** Variação (%) da Produção Física Industrial – Brasil e Estados – Jan-Mar/2015 e 2016 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2015)			Acumulado Ano (2015)	Variação Mensal (2016)			Acumulado Ano (2016)
	Jan	Fev	Mar		Jan	Fev	Mar	
<b>Brasil</b>	<b>-7,0</b>	<b>-11,8</b>	<b>-4,6</b>	<b>-7,8</b>	<b>-13,1</b>	<b>-9,3</b>	<b>-10,8</b>	<b>-11,1</b>
<b>Nordeste</b>	<b>-4,3</b>	<b>-10,4</b>	<b>0,1</b>	<b>-4,7</b>	<b>-3,0</b>	<b>-2,7</b>	<b>-6,9</b>	<b>-4,3</b>
Mato Grosso	6,4	-2,4	6,6	3,5	-1,7	17,8	3,7	6,5
Bahia	-12,1	-24,2	-2,9	-12,6	11,7	13,8	-6,4	5,2
Espírito Santo	2,3	9,7	5,7	5,8	-5,1	5,8	-2,2	-0,6
Rio Grande do Sul	-14,0	-16,8	-4,0	-11,4	-4,1	-4,3	-10,8	-6,7
Pará	-4,8	-0,1	3,9	-0,4	-6,3	-4,1	-14,0	-8,3
<b>Ceará</b>	<b>-5,1</b>	<b>-9,4</b>	<b>-3,3</b>	<b>-5,9</b>	<b>-9,7</b>	<b>-10,4</b>	<b>-5,5</b>	<b>-8,5</b>
Paraná	-10,9	-14,6	-4,7	-10,1	-12,2	-8,2	-6,1	-8,7
Santa Catarina	-6,4	-10,9	-3,7	-6,9	-12,4	-5,6	-8,4	-8,8
Minas Gerais	-3,8	-12,6	-9,9	-8,8	-15,6	-8,7	-6,0	-10,1
Goiás	-0,9	-3,8	10,4	2,1	-14,7	-3,0	-12,4	-10,1
Rio de Janeiro	-7,1	-18,0	-11,4	-12,1	-17,6	-4,7	-9,2	-10,9
São Paulo	-5,7	-9,0	-3,2	-5,9	-16,0	-12,2	-13,1	-13,8
Amazonas	-11,5	-20,5	-20,1	-17,5	-32,4	-26,4	-10,2	-23,1
Pernambuco	3,7	3,2	-0,7	2,1	-28,7	-25,0	-23,2	-25,8

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2016.

### Resultados Setoriais

A redução na produção no primeiro trimestre do ano de 2016 afetou nove dos onze setores pesquisados na indústria cearense. Entre os meses de janeiro a março, apenas a fabricação de



produtos químicos e de derivados do petróleo registraram expansão em relação ao início de 2015 de, respectivamente, 22,4% e 7,7%.

As demais atividades pesquisadas amargaram queda no nível de produção e, na maioria dos casos, dando continuidade aos resultados negativos observados nos trimestres imediatamente anteriores. De fato, os resultados setoriais têm se mantido em terreno negativo e reafirmam o ambiente de retração, intensa e generalizada, da indústria de transformação no Ceará.

Nos meses iniciais de 2016, segmentos importantes da indústria local registraram resultados negativos. No primeiro quarto do ano, com queda na produção se destacaram os setores de Couro e calçados (-12,0%), Alimentos (- 6,7%) e Bebidas (-13,3%), sempre na comparação com mesmo período do ano anterior. A produção em tais atividades guarda estreita relação com a capacidade de consumo das famílias e, neste ambiente de maior restrição orçamentária, a redução do consumo se faz perceber nas linhas de produção. De fato, o ambiente inflacionário, o aumento do desemprego, o elevado grau de endividamento e as maiores restrições ao crédito reduzem o poder de compra das famílias brasileiras, o que acaba desaquecendo o mercado interno. Por outro lado, o movimento favorável do câmbio às exportações ainda não repercutiu nos níveis de produção.

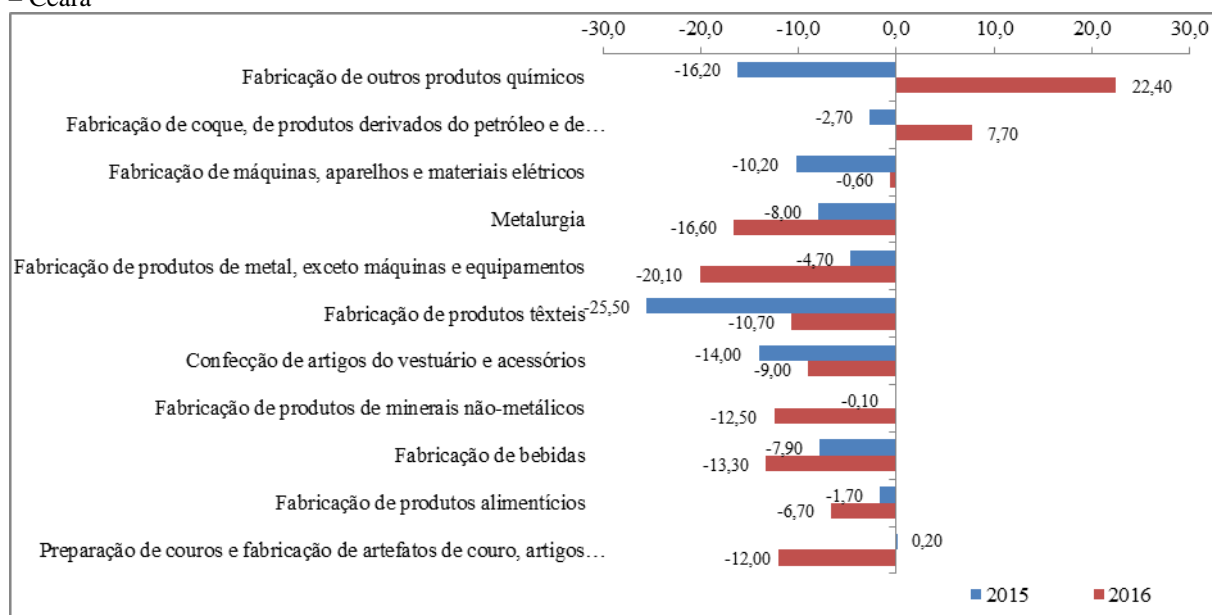
A Tabela 4.5, a seguir, apresenta os números para atividades industriais. O Gráfico 4.6, na sequência, compara a taxa de crescimento nos primeiros trimestres de 2015 e 2016.

**Tabela 4.5:** Variação Trimestral (%) da Produção Física por Atividades Industriais – Ceará – 2015 e 2016

Setores	Variação Trimestral (2015)				Variação Trimestral (2016)
	2015.I	2015.II	2015.III	2015.IV	2016.I
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>-5,9</b>	<b>-9,8</b>	<b>-12,1</b>	<b>-10,6</b>	<b>-8,5</b>
Fabricação de outros produtos químicos	-16,1	6,5	-23,9	-9,0	22,5
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-2,7	-17,9	-10,1	16,8	7,8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-10,2	-17,5	-9,2	-6,6	-0,7
Metalurgia	-8,0	-13,6	-13,9	-28,9	-16,6
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-4,7	-4,2	6,0	-24,4	-20,1
Fabricação de produtos têxteis	-25,5	-34,7	-37,3	-35,8	-10,8
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	-14,1	6,0	-6,5	-16,0	-9,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,0	4,5	-0,6	-8,4	-12,5
Fabricação de bebidas	-7,9	-16,1	-6,1	-2,6	-13,3
Fabricação de produtos alimentícios	-1,7	-7,4	-13,6	-2,5	-6,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,2	-11,1	-13,0	-15,8	-12,0

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado do trimestre 2016.I.

**Gráfico 4.6:** Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Física por Atividades Industriais – 2015 e 2016 – Ceará

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado acumulado de 2016.

Em resumo, o ambiente econômico desfavorável ao desenvolvimento dos negócios presente desde a metade do ano passado se manteve no início de 2016, contribuindo decisivamente para que os resultados negativos se repetissem. De fato, a manutenção de um quadro de instabilidades e incertezas econômicas e políticas tornam o ambiente ainda pior e mais adverso para economia e para a indústria. A continuidade de um cenário nebuloso quanto aos rumos futuros da economia, inclusive no curto prazo, tem apresentado repercussões diretas no desempenho das atividades produtivas.

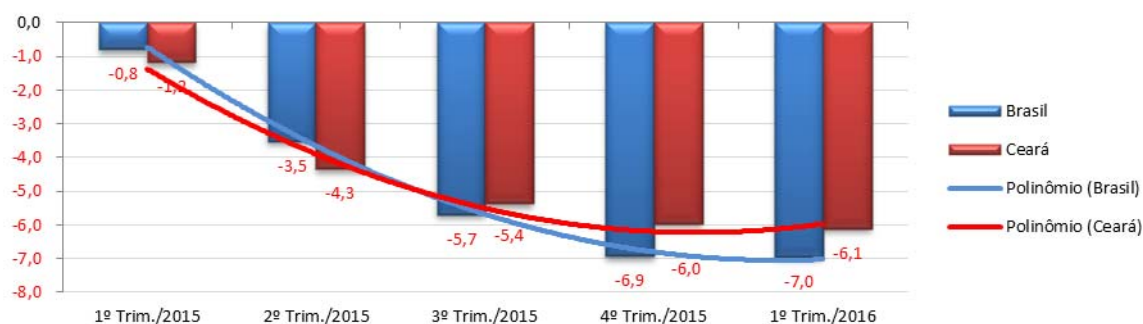
Entretanto, a mudança no comando político do país, permitida pelo processo de afastamento da presidente eleita, pode indicar uma alteração nas expectativas quanto à condução da economia, com a retomada da governabilidade e a maior possibilidade de encaminhamento das reformas necessárias para reestabelecer a confiança dos agentes econômicos. De todo modo, a despeito do ambiente político e do encaminhamento das reformas para iniciar a saída da crise, no ano de 2016, a redução de estoques industriais e o reequilíbrio do câmbio em patamares mais realistas podem conferir algum alívio a atividade.

### 4.3 Serviços (Comércio Varejista)

#### *Varejo Comum*

Dados da PMC do IBGE a partir do Gráfico 4.7 apresenta a dinâmica das vendas trimestrais no período que vai do 1º trimestre de 2015 até o 1º trimestre de 2016. É nítida a trajetória de queda nas vendas trimestrais do varejo comum tanto cearense quanto nacional, sendo que este último apresentou quedas mais significativas nos dois últimos trimestres do ano passado, intensificando levemente o patamar de retração nas vendas, confirmando a maior deterioração do desempenho das vendas nacionais. Nota-se também que a maior queda trimestral foi observada no primeiro trimestre de 2016, reflexo da piora do quadro de crise econômica enfrentada pelo país.

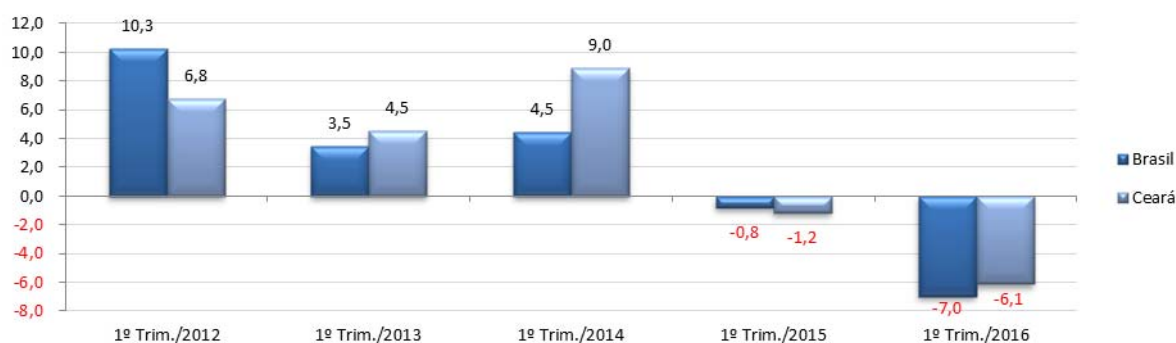
**Gráfico 4.7:** Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 1º Trim./2015 ao 1º Trim./2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Já no Gráfico 4.8 é possível observar o comportamento do volume das vendas do varejo comum no acumulado do primeiro trimestre para os últimos cinco anos. Nota-se que o primeiro trimestre de 2012 foi o que registrou a maior alta no volume de vendas do varejo comum nacional e o primeiro trimestre de 2014 registrou a maior alta para o volume de vendas do varejo cearense. Todavia, apenas no ano de 2015 passou-se a observar queda trimestral nas vendas para o referido período. Além disso, a trajetória do ritmo de expansão de vendas se tornou nitidamente declinante a partir de 2012 no varejo nacional, enquanto que no varejo cearense o mesmo passou a ser bastante perceptível a partir do início de 2015, passando a apresentar nítida deterioração dos resultados nas vendas do varejo em 2016.

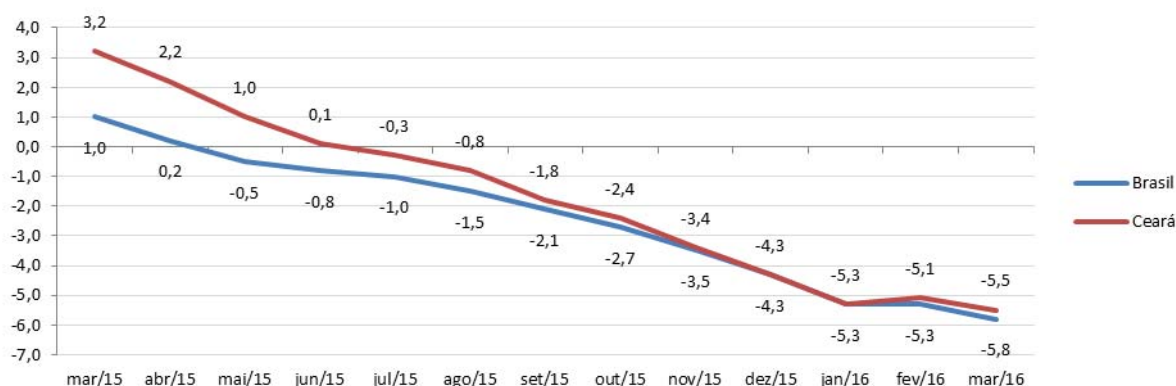
**Gráfico 4.8:** Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 1º Trimestre/2012-2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 4.9 é possível observar que o reflexo negativo das vendas nacionais e cearenses mês após mês afetou sobremaneira a trajetória positiva de crescimento do varejo. A taxa de crescimento acumulada em 12 meses até março de 2015 foi de 3,2% para o varejo cearense e de apenas 1,0% para o varejo nacional. Contudo, em março de 2016 foi registrada a maior queda no acumulado de 12 meses, de 5,8% para o varejo nacional e 5,5% para o varejo cearense.

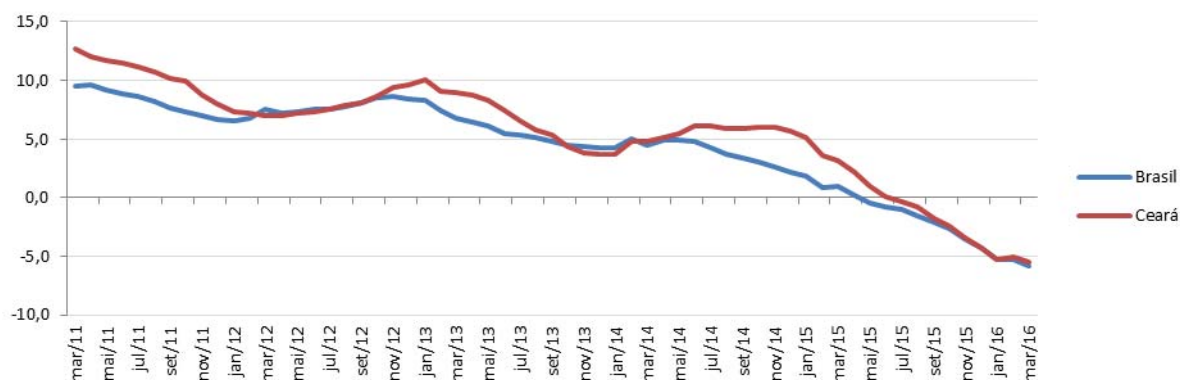
**Gráfico 4.9:** Variação do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – março/15 a março/2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.10 apresenta-se a visão de longo prazo da trajetória das vendas do varejo nacional e cearense observada para os últimos cinco anos. Nota-se que os momentos de recuperação nas vendas do varejo nacional e cearense ocorreram ao longo de 2012 e no primeiro semestre de 2014. Contudo, a partir do segundo semestre de 2014 já é possível observar um claro comportamento de desaquecimento das vendas do varejo nacional e local.

**Gráfico 4.10:** Variação do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – março/2011 a março/2016 (%)

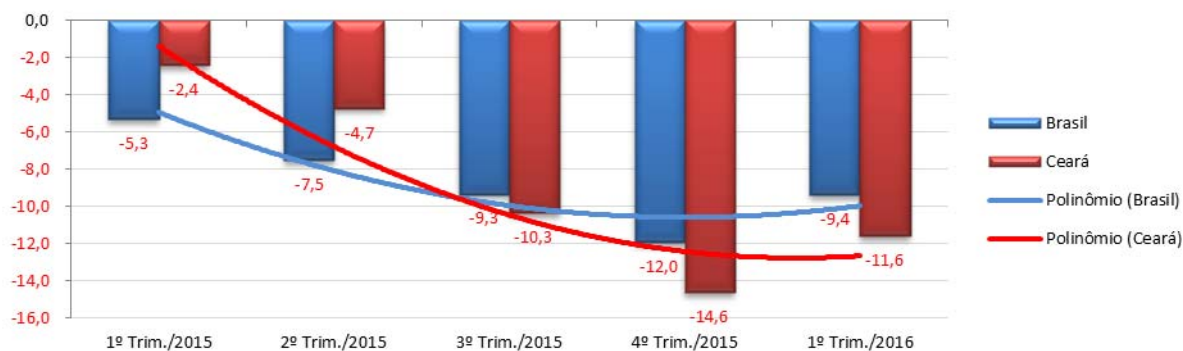


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

#### Varejo Ampliado

O Gráfico 4.11 abaixo apresenta a dinâmica das vendas trimestrais do varejo ampliado no período compreendido entre o 1º trimestre de 2015 e o 1º trimestre de 2016. O varejo ampliado experimentou uma trajetória de queda trimestral tanto no Brasil quanto no Ceará, sendo que, diferente do ocorrido no varejo comum as vendas cearenses apresentaram quedas mais significativas que o varejo nacional, confirmando, assim, a maior deterioração nas vendas locais provocadas pelo forte desaquecimento nas vendas dos setores de veículos e de materiais de construção.

**Gráfico 4.11:** Variação trimestral do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 1º Trim./2015 ao 1º Trim./2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Já no Gráfico 4.12 observa-se o comportamento do volume das vendas do varejo ampliado no acumulado do primeiro trimestre para os últimos cinco anos. Nota-se que o primeiro trimestre de 2012 foi o que registrou a maior alta nas vendas ampliadas nacionais e o primeiro trimestre de 2014 foi o que registrou a maior expansão nas vendas ampliadas cearenses. Nota-se que a retração nas vendas foi observada apenas nos primeiros trimestres dos anos de 2015 e 2016, intensificando-se bastante neste último ano.

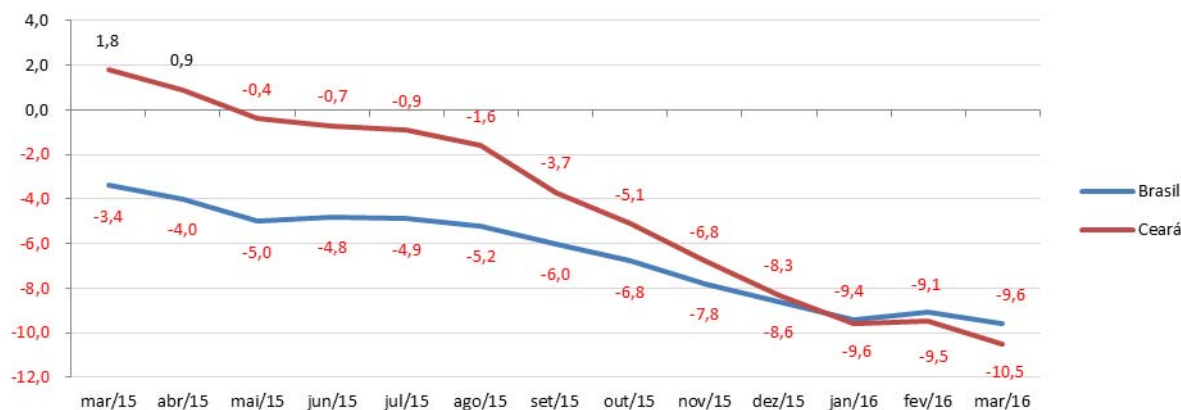
**Gráfico 4.12:** Variação trimestral do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 1º Trimestre/2011-2015 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 4.13 é possível observar que o reflexo negativo das vendas nacionais e cearenses mês após mês afetaram a trajetória de crescimento do varejo ampliado no curto prazo. A taxa de crescimento do varejo ampliado cearense no acumulado de 12 meses foi positiva até abril de 2015 (+0,9%). Já no varejo ampliado nacional foi possível observar variações negativas a partir de março do mesmo ano. Contudo, como resultado da forte desaceleração das vendas mensais do varejo ampliado cearense a taxa de queda no acumulado de 12 meses superou a queda no acumulado de 12 meses do varejo nacional a partir de janeiro de 2016. Assim, o varejo cearense finalizou a série com queda acumulada de 10,5% e o varejo nacional com queda acumulada de 9,6%.

**Gráfico 4.13:** Variação do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – março/2015 a março/2016 (%)

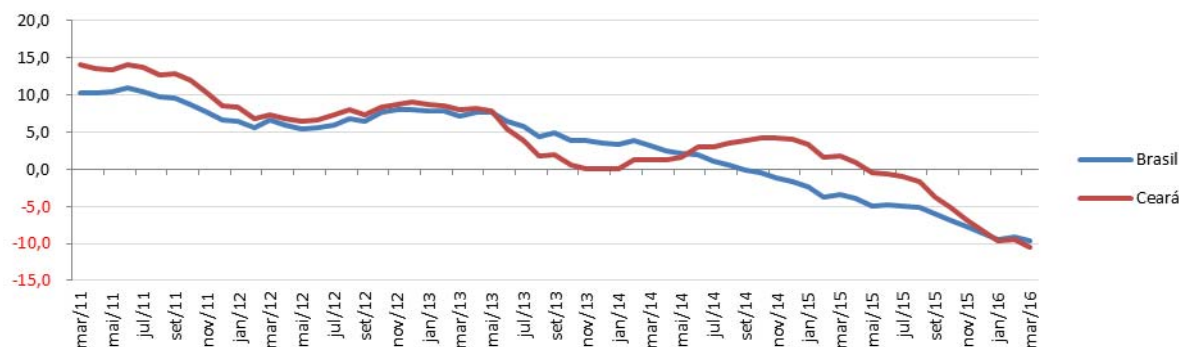


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.



Por fim, no Gráfico 4.14 apresenta-se a visão de longo prazo da trajetória do volume de vendas do varejo ampliado nacional e cearense observada para os últimos cinco anos. Em 2012, foi notória a recuperação no varejo ampliado, principalmente a partir do segundo semestre daquele ano. O varejo cearense experimentou uma segunda recuperação também no segundo semestre de 2014, vindo a apresentar nítidas perdas a partir de 2015, piorando ainda mais a queda nas vendas em 2016.

**Gráfico 4.14:** Variação do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – março/2011 a março/2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

#### *Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional*

A Tabela 4.6 apresenta a variação trimestral do volume de vendas do varejo comum para o Brasil e todos os estados do país para o período do primeiro trimestre de 2015 ao primeiro trimestre de 2016. Nota-se que no primeiro trimestre de 2015 um total de 10 estados apresentaram variações positivas no volume de vendas do varejo comum. Todavia, a partir do segundo trimestre de 2015, esse número caiu para apenas quatro estados. No terceiro trimestre de 2015, apenas Roraima apresentou variação positiva em suas vendas. No último trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2016 todos os estados brasileiros apresentaram queda nas vendas do varejo comum, com destaque para a queda nas vendas do Amapá, Acre, Sergipe, Bahia e Amazonas, para listar as cinco maiores.

**Tabela 4.6:** Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Estados – 1º Trimestre/2015 ao 1º Trimestre/2016 (%)

Estados	1º Trim./2015	2º Trim./2015	3º Trim./2015	4º Trim./2015	1º Trim./2016	1º Trim./2015-1º Trim./2016
Minas Gerais	-1,5	-2,4	-1,9	-1,8	-0,6	0,9
Roraima	20,4	5,5	4,6	-0,4	-1,9	-22,4
Paraíba	-4,3	-11,2	-10,0	-14,6	-4,0	0,2
Rio Grande do Sul	-3,6	-3,9	-8,3	-8,3	-5,1	-1,5
Mato Grosso do Sul	0,9	-0,3	-1,7	-4,8	-5,7	-6,6
<b>Ceará</b>	<b>-1,2</b>	<b>-4,3</b>	<b>-5,4</b>	<b>-6,0</b>	<b>-6,1</b>	<b>-4,9</b>
Tocantins	-1,0	-0,2	-3,1	-9,4	-6,2	-5,2
São Paulo	-0,5	-3,2	-4,9	-5,3	-6,3	-5,8
Maranhão	-3,6	-4,8	-7,6	-11,3	-7,3	-3,7
Rio de Janeiro	2,2	-3,5	-5,2	-5,5	-7,3	-9,5
Mato Grosso	-6,5	-7,1	-8,4	-10,7	-7,6	-1,1
Piauí	-0,8	-4,5	-4,9	-7,8	-7,8	-7,0
Paraná	2,1	-1,4	-4,4	-8,1	-8,5	-10,5
Pará	-0,9	-2,3	-5,1	-9,9	-8,9	-8,0
Alagoas	-2,8	-6,1	-13,3	-9,7	-8,9	-6,1
Rondônia	6,3	-5,3	-9,4	-12,4	-8,9	-15,2
Santa Catarina	1,4	1,1	-3,6	-9,9	-9,3	-10,6
Espírito Santo	-2,3	-6,9	-9,0	-11,7	-9,3	-6,9
Rio Grande do Norte	1,1	-2,6	-5,3	-7,6	-9,3	-10,4
Distrito Federal	-4,4	-5,3	-6,8	-6,9	-9,6	-5,2
Goiás	-7,6	-10,6	-10,5	-11,8	-9,9	-2,4
Pernambuco	-1,3	-7,2	-10,5	-11,1	-11,0	-9,7
Amazonas	-4,2	-7,0	-7,7	-9,9	-11,1	-6,9
Bahia	-3,7	-5,9	-10,0	-11,8	-11,9	-8,2
Sergipe	4,7	5,9	-6,0	-9,9	-12,2	-16,9
Acre	8,9	2,8	-7,1	-11,0	-12,2	-21,1
Amapá	6,1	-8,8	-17,9	-23,8	-21,5	-27,6
<b>Brasil</b>	<b>-0,8</b>	<b>-3,5</b>	<b>-5,7</b>	<b>-6,9</b>	<b>-7,0</b>	<b>-6,2</b>

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Na Tabela 4.7 a seguir têm-se os resultados da variação das vendas do varejo ampliado no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2016. Diante o exposto nesta tabela é nítida a compreensão de que o varejo ampliado está vivendo um dos piores momentos da sua história com taxas negativas de variação sendo observadas em todos os estados do país a partir do terceiro trimestre de 2015. O Ceará, com variação de 11,6%, ocupou a 14ª menor queda no primeiro trimestre de 2016.

**Tabela 4.7:** Variação trimestral do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – 1º Trimestre/2015 ao 1º Trimestre/2016 (%)

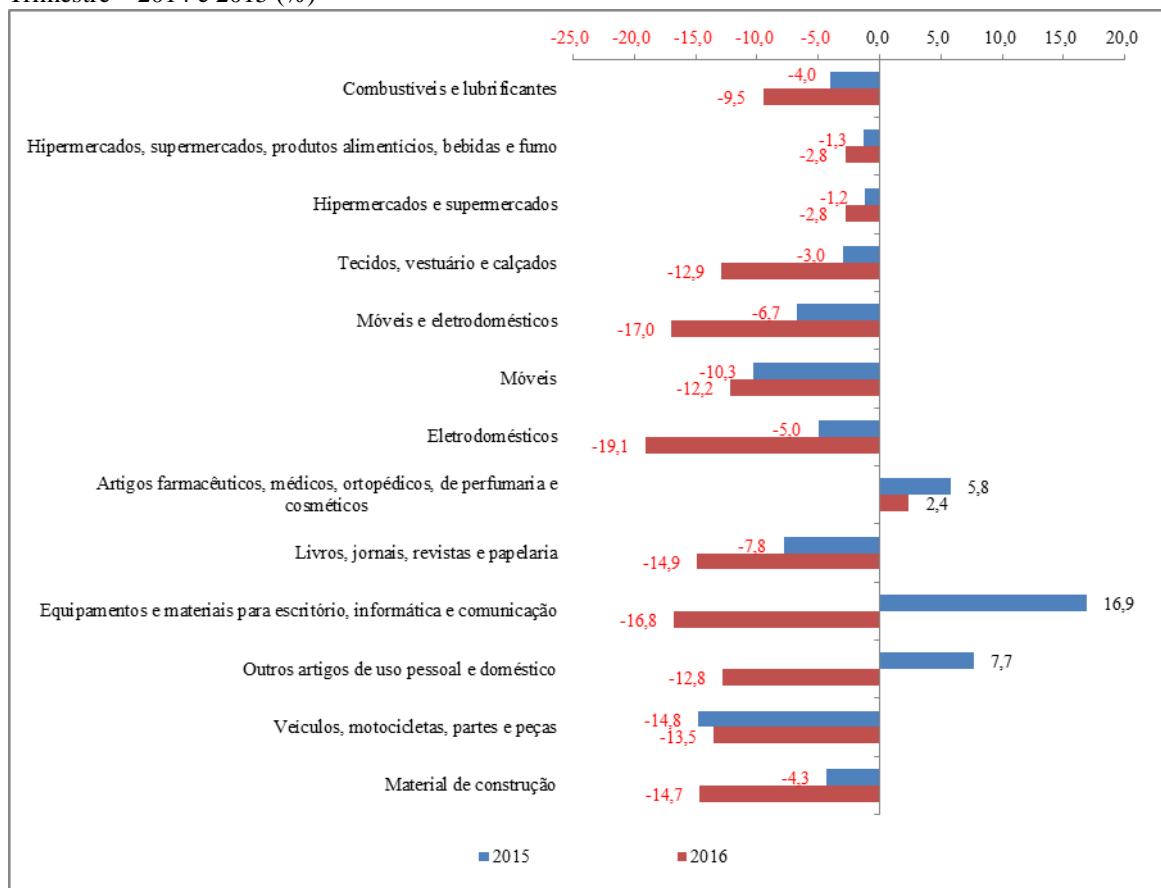
Estados	1º Trim./2015	2º Trim./2015	3º Trim./2015	4º Trim./2015	1º Trim./2016	1º Trim./2015-1º Trim./2016
Roraima	8,3	1,6	-1,8	-8,4	-2,8	-11,2
Minas Gerais	-4,6	-8,0	-8,1	-7,0	-4,3	0,3
Rondônia	1,5	-12,2	-12,4	-14,0	-4,3	-5,9
São Paulo	-7,7	-5,6	-5,0	-5,4	-5,1	2,6
Mato Grosso do Sul	-1,0	-5,4	-6,6	-10,4	-7,8	-6,8
Paraíba	-7,9	-15,6	-15,0	-19,0	-8,6	-0,7
Piauí	-3,0	-8,0	-9,3	-14,2	-9,1	-6,1
Paraná	-5,2	-7,8	-9,2	-14,6	-9,9	-4,8
Acre	-3,0	-5,4	-14,8	-19,7	-10,0	-7,0
Rio Grande do Norte	1,2	-4,9	-6,8	-12,0	-10,3	-11,5
Mato Grosso	-5,8	-11,6	-12,0	-15,9	-11,1	-5,3
Rio de Janeiro	-0,8	-6,4	-9,0	-14,5	-11,5	-10,7
Pará	-0,3	-2,9	-7,8	-13,7	-11,6	-11,3
<b>Ceará</b>	<b>-2,4</b>	<b>-4,7</b>	<b>-10,3</b>	<b>-14,6</b>	<b>-11,6</b>	<b>-9,2</b>
Alagoas	-3,2	-9,3	-14,5	-15,7	-11,8	-8,6
Rio Grande do Sul	-8,1	-10,3	-15,4	-18,1	-11,9	-3,8
Bahia	-4,7	-7,9	-10,5	-13,4	-12,0	-7,3
Santa Catarina	-4,6	-7,2	-11,7	-15,8	-12,6	-8,0
Amazonas	-3,5	-8,5	-12,5	-16,4	-12,7	-9,2
Tocantins	-3,6	-11,9	-18,3	-23,1	-13,4	-9,9
Distrito Federal	-9,8	-10,0	-12,5	-16,7	-14,1	-4,3
Goiás	-8,8	-14,0	-16,0	-20,6	-15,9	-7,1
Pernambuco	-2,9	-8,8	-13,3	-17,1	-16,0	-13,1
Sergipe	1,9	-3,1	-11,6	-18,0	-16,3	-18,3
Maranhão	-0,8	-6,7	-15,6	-19,9	-17,0	-16,1
Amapá	4,0	-9,9	-18,1	-22,7	-19,4	-23,5
Espírito Santo	-6,0	-17,8	-19,2	-21,1	-20,2	-14,2
<b>Brasil</b>	<b>-5,3</b>	<b>-7,5</b>	<b>-9,3</b>	<b>-12,0</b>	<b>-9,4</b>	<b>-4,1</b>

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

#### *Análise do Comércio Varejista por Atividades*

Através do Gráfico 4.15 é possível comparar a variação das vendas por atividades do varejo nacional no acumulado do ano até o primeiro trimestre dos anos de 2015 (azul) e 2016 (vermelho). Das treze atividades observadas, apenas Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos apresentou crescimento nas vendas no acumulado do ano de 2016 (+2,4%).

Por outro lado, as maiores quedas nas vendas foram observadas nas seguintes atividades: Eletrodomésticos (-19,1%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-16,8%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-14,9%); Material de construção (-14,7%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-13,5%); Tecidos, vestuário e calçados (-12,9%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-12,8%); Móveis (-12,2%); Combustíveis e lubrificantes (-9,5%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,8%).

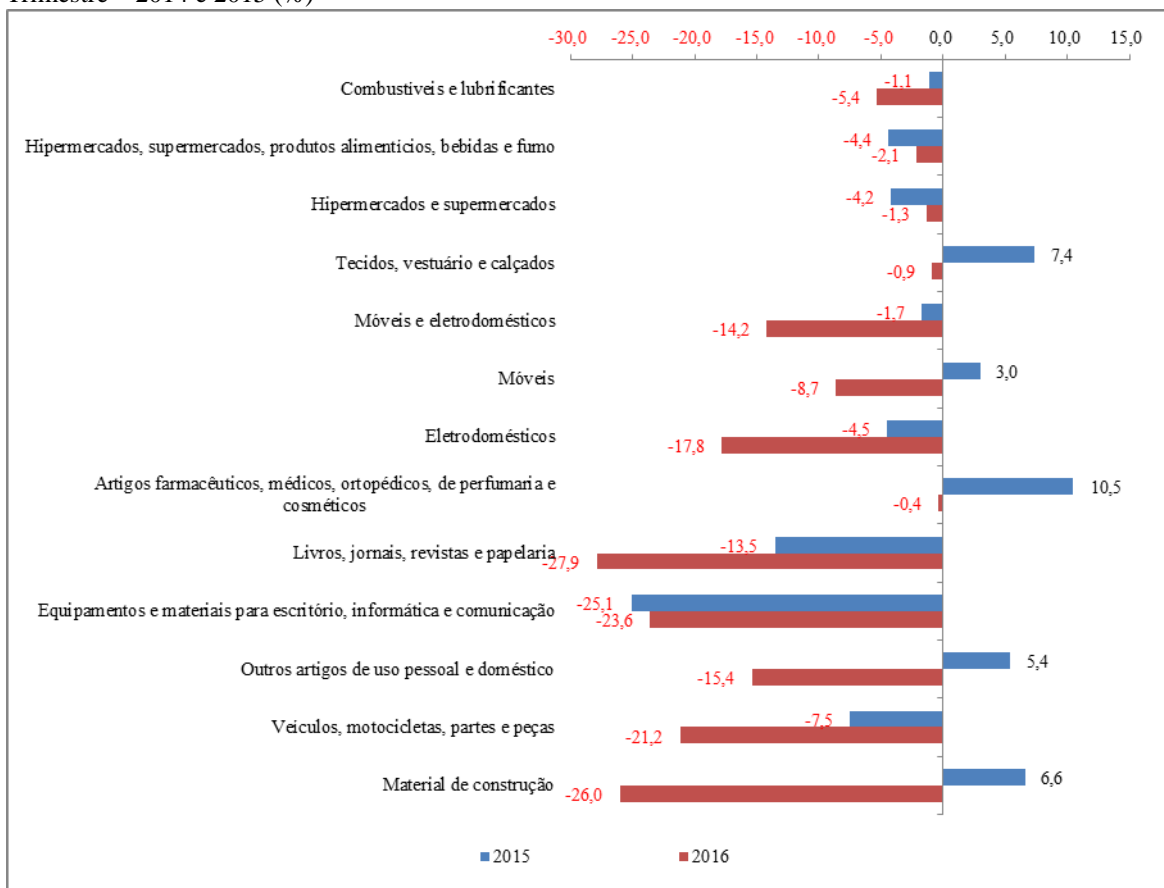
**Gráfico 4.15:** Variação do volume de vendas do varejo por atividades – Brasil – Acumulado do ano até o 1º Trimestre – 2014 e 2015 (%)

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, o Gráfico 4.16 apresenta a variação do volume de vendas do varejo por atividades para o estado do Ceará no acumulado do ano até o primeiro trimestre dos anos de 2015 e 2016. Observa-se que no ano de 2016, nenhuma atividade conseguiu registrar crescimento nas vendas do varejo local.

As maiores quedas registradas ficaram por conta das vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-27,9%); Material de construção (-26,0%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-23,6%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-21,2%); Eletrodomésticos (-17,2%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-15,4%); Móveis (-8,7%); Combustíveis e lubrificantes (-5,4%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,1%); Tecidos, vestuário e calçados (-0,9%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,4%).

**Gráfico 4.16:** Variação do volume de vendas do varejo por atividades – Ceará – Acumulado do ano até o 4º Trimestre – 2014 e 2015 (%)



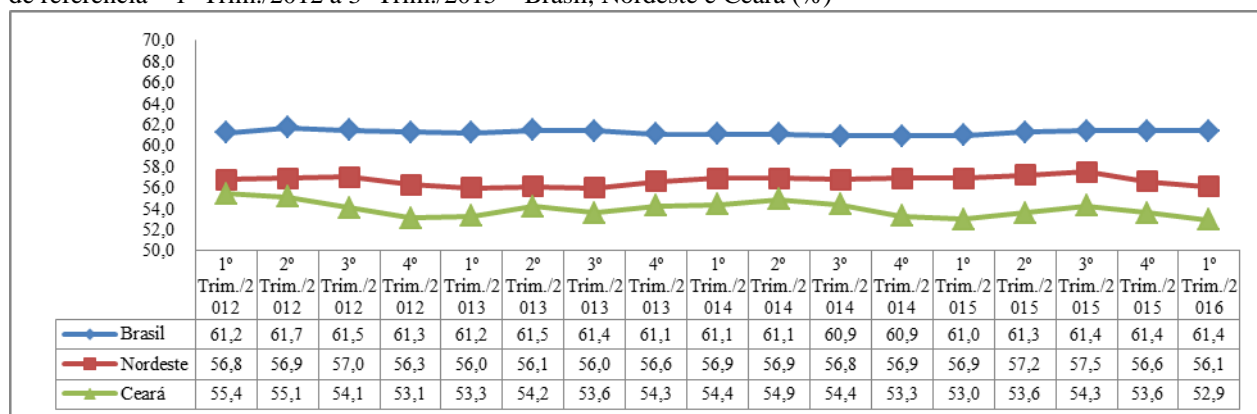
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

## 5 MERCADO DE TRABALHO

### 5.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Ceará

A Taxa de Participação (TP) no Mercado de Trabalho corresponde a Força de Trabalho (Ocupados e Desocupados) com relação a população em idade de trabalhar (PIT). No Gráfico 5.1 a seguir observa-se que no primeiro trimestre de 2012 a taxa de participação no mercado de trabalho nacional era de 61,2% (de cada 100 pessoas em idade de trabalhar 61,2 delas estavam na força de trabalho do país). Neste primeiro trimestre do ano de 2016 teve uma leve alta estando em 61,4%, patamar que vem se mantendo estável desde o terceiro trimestre de 2015.

**Gráfico 5.1:** Evolução da taxa de participação da população acima de 14 anos no total da população, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

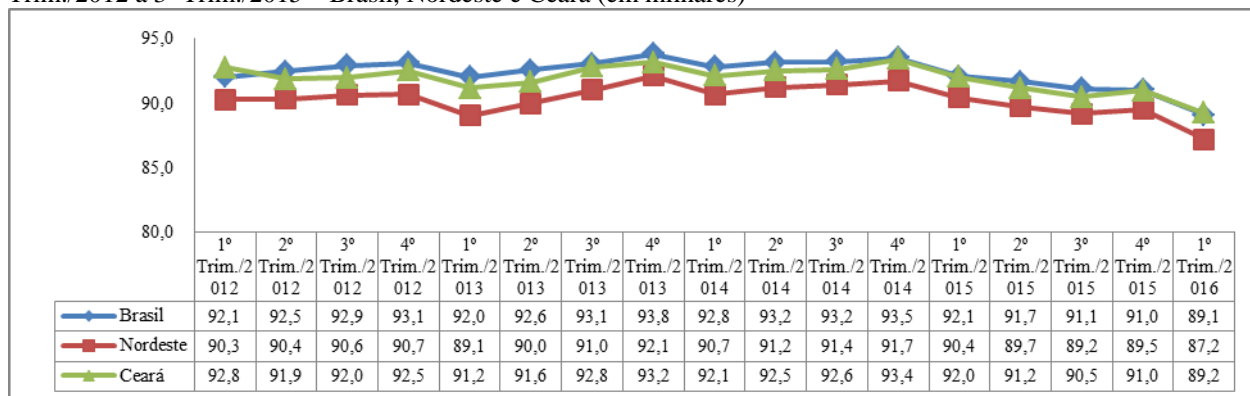
Com relação ao Estado do Ceará a TP tem-se reduzindo sistematicamente desde o início da série histórica. No primeiro trimestre de 2012 a taxa estava em 55,4%, alcançando no primeiro trimestre de 2016 52,9%.

A expansão da PIT de forma mais acelerada que a população total ocasiona o chamado bônus demográfico. O potencial de trabalhadores se amplia com a possibilidade de elevação da produção da economia. A redução da TP cearense pode ter sido ocasionada por mais pessoas fora da força de trabalho, tendo assim reduzido o número de ocupados ou desocupados procurando ocupação, ou mesmo pelo aumento da PIT superior ao tamanho da Força de Trabalho. O problema decorrente daqueles fora da força de trabalho é ter mais pessoas desalentadas ou desencorajadas ou mesmo dependentes de outros membros da família em atividade em mercado de trabalho com baixo dinamismo.

No Gráfico 5.2, a seguir, é apresentada a trajetória da taxa de ocupação na força de trabalho tendo como base os mesmos parâmetros utilizados no gráfico anterior. Como pode ser observado Brasil e Ceará apresentam taxas similares no início e no fim da série com o Estado apresentando uma queda maior.

Destaca-se que partir do quarto trimestre de 2014 a taxa de ocupação no Ceará se reduziu a uma velocidade bem maior, tendo quedas de pelo menos 1% percentual por trimestre. Ademais, do quarto trimestre de 2015 para o primeiro trimestre de 2016 a ocupação do estado do Ceará reduziu quase dois pontos percentuais, caindo de 91% para 89,2%.

**Gráfico 5.2:** Taxa de ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (em milhares)



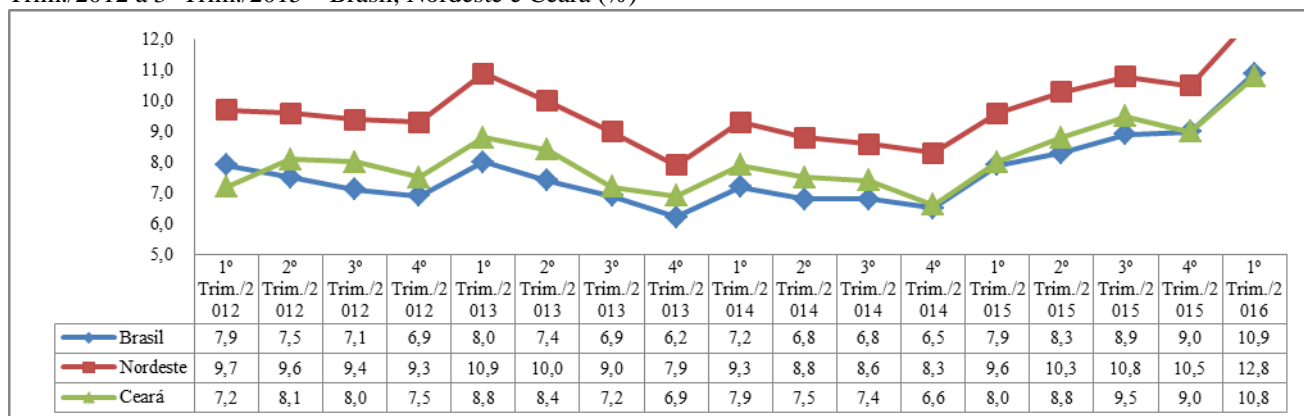
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Finalmente, no gráfico 5.3, seguinte, é apresentada a taxa de desemprego, que pode ser medida pela taxa de desocupação no mercado de trabalho, calculada pela razão entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas na força de trabalho multiplicado por 100.

O Gráfico 5.3, abaixo, mostra que a taxa de desocupação nas três áreas geográficas, segue uma tendência crescente entre 2015 e 2016. Semelhantemente à taxa de ocupação que começa a se reduzir a partir do quarto trimestre de 2014, a taxa de desemprego eleva-se continuamente a partir deste período. No Brasil o salto foi de 6,5% para quase 8% no primeiro trimestre de 2015. No Ceará a taxa salta de 6,6% para 8%.

Ao longo de 2015 a taxa de desemprego entra num processo de alta sistemática. Deve-se também destacar que na região Nordeste já a partir do segundo trimestre do ano de 2015 a taxa atinge o patamar de 10,3% chegando ao primeiro trimestre de 2016 em 12,8%. Para o Brasil e Ceará esse primeiro trimestre do ano encerra-se com uma taxa de quase 11% tendo crescido quase dois pontos percentuais com relação ao trimestre anterior.



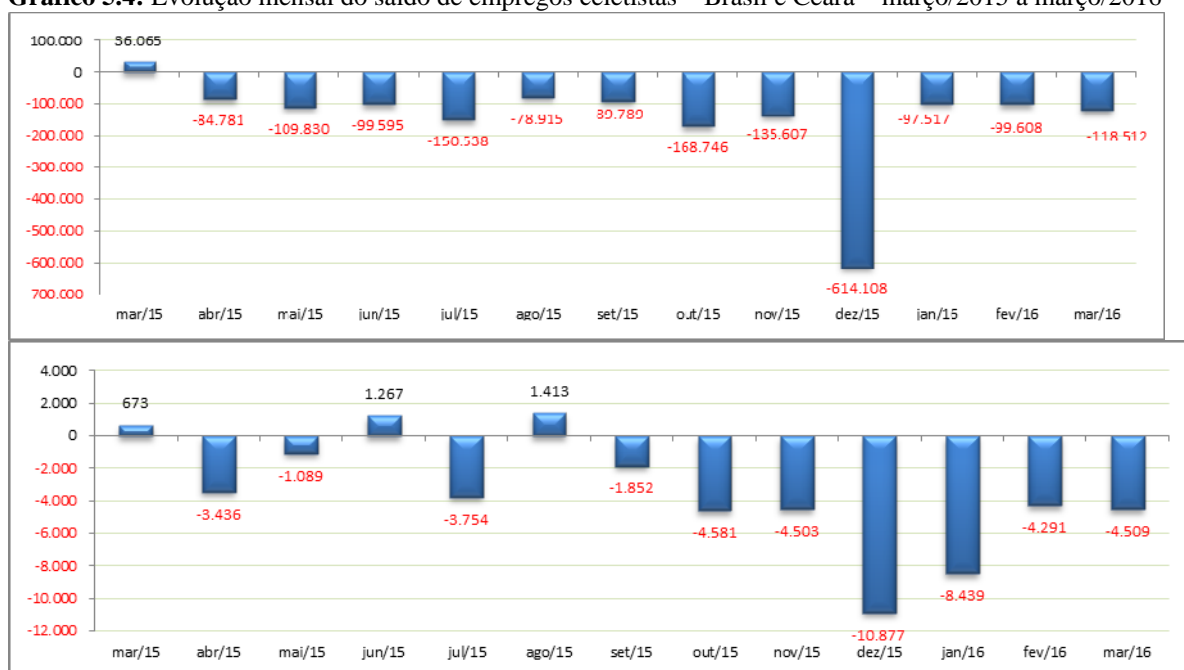
**Gráfico 5.3:** Taxa de desemprego das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

### 5.1. Emprego Formal

Dados da CAGED do MTE registraram fechamento de 118.512 postos de trabalho com carteira assinada no mês de março de 2016, a maior perda de postos de trabalho registrada no ano, bem diferente do saldo positivo de empregos observado em março de 2015, quando foram abertas 38.065 novas vagas. Somando-se com o fechamento de vagas nos meses de janeiro (-97.517 vagas) e fevereiro (-99.608 vagas), é possível observar claros sinais de piora no quadro de deterioração do mercado de trabalho nacional. (Gráfico 5.4).

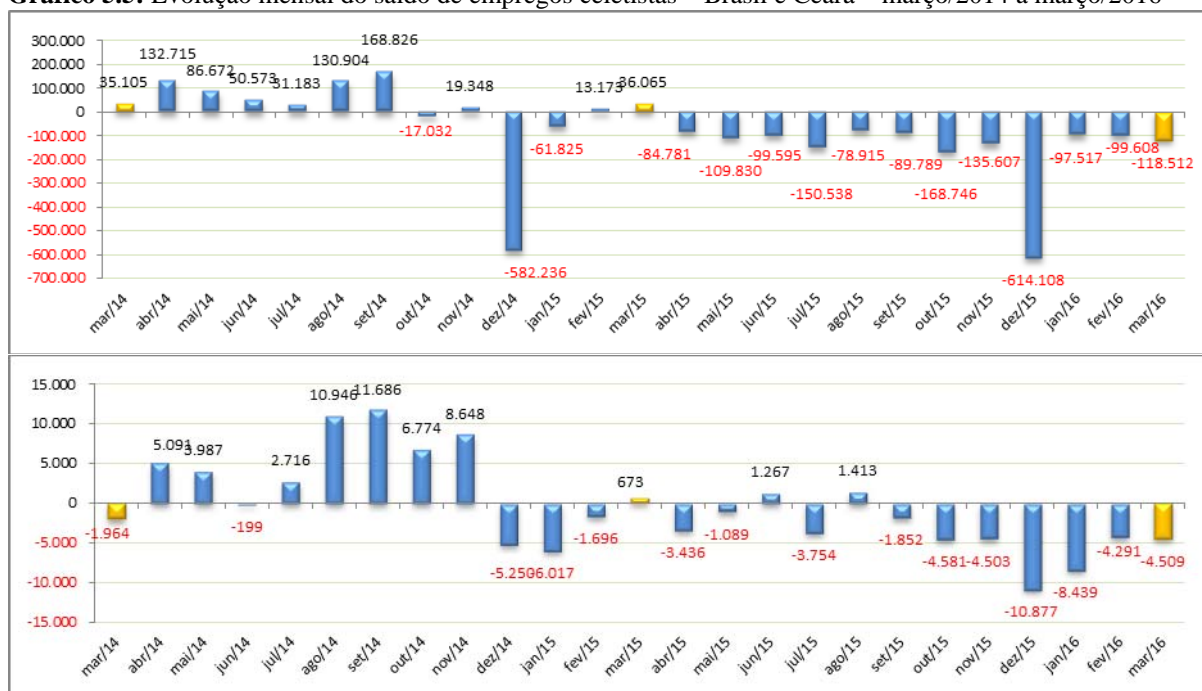
O estado do Ceará também registrou comportamento semelhante com fechamento de vagas de trabalho nos três primeiros meses do ano, finalizando março de 2016 com saldo negativo de 4.509 vagas a menos, a segunda maior queda no ano. Em janeiro de 2016, o Ceará fechou 8.439 vagas e em fevereiro 4.291 vagas. (Gráfico 5.4).

**Gráfico 5.4:** Evolução mensal do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – março/2015 a março/2016

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 29/05/2016.

O Gráfico 5.5 abaixo apresenta a evolução mensal do saldo de empregos celetistas para o mercado de trabalho brasileiro e cearense considerando o período de março de 2014 a março de 2016. Nota-se que no ano de 2014 apenas nos meses de outubro e dezembro ocorreram destruição de postos de trabalho, enquanto que em 2015 em dez meses foi observado tal fenômeno.

No ano de 2014, o estado do Ceará apresentou fechamento de vagas somente em quatro meses (janeiro, março e junho e dezembro). Contudo, em 2015, o Estado fechou vagas em nove dos doze meses observados, destacando-se meses em que era esperado que fossem abertas novas vagas de emprego, a exemplo de setembro, outubro e novembro. Considerando os três primeiros meses de 2016, o fechamento de vagas já era esperado para os meses de janeiro e março. Entretanto, neste ano, observou-se também destruição de vagas de trabalho no mês de fevereiro, quebrando, portanto, o comportamento tradicional. .

**Gráfico 5.5:** Evolução mensal do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – março/2014 a março/2016

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 29/05/2016.

O Gráfico 5.6 a seguir apresenta a evolução mensal do saldo de empregos celetistas para o mercado de trabalho brasileiro e cearense considerando um período de cinco anos, notadamente de março de 2011 a março de 2016. Nos anos anteriores, a geração e destruição dos postos de trabalho deram-se aproximadamente nos mesmos meses de cada ano.

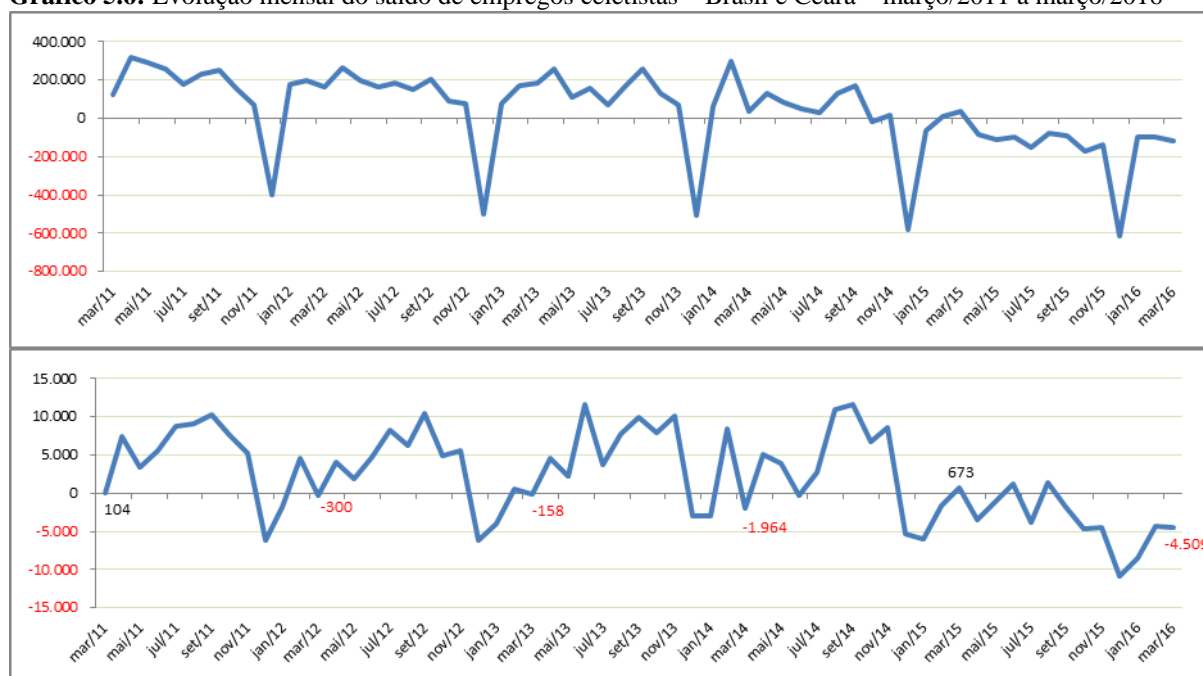
No Brasil, a destruição de postos de trabalho dá-se comumente nos meses de dezembro, como resultado das demissões que ocorrem em função do enorme quantitativo de empregos temporários em meses imediatamente anteriores. Nota-se, ainda que a maior abertura de novas vagas no Brasil ocorre nos meses que formam o primeiro e o terceiro trimestres de cada ano, sendo este o comportamento sazonal do emprego celetista no país. Contudo, percebe-se a partir de 2014 que este comportamento passou a ser afetado e que em 2015 o comportamento da geração mensal de novos postos de trabalho foi afetado bruscamente. Como resultado, dezembro de 2015 registrou o segundo maior fechamento mensal de vagas de trabalho com carteira assinada dos últimos onze anos de registros do CAGED, superado apenas pelo quantitativo observado em dezembro de 2008 de 695.361 vagas, ano que se instalou a crise financeira internacional.

O comportamento sazonal da geração e destruição de empregos celetistas no mercado de trabalho cearense é diferente do país, quando comumente ocorre menor geração de novas vagas de trabalho nos meses que compõem o primeiro e quarto trimestres e maior criação de novas

vagas de emprego nos meses que compõem o segundo e especialmente o terceiro trimestres de cada ano.

Observando o comportamento do emprego nos primeiros três primeiros meses do ano de 2016 é possível afirmar que os efeitos da crise econômica no país ainda não chegou a seu auge. Nota-se que o resultado observado em janeiro de 2016 já representa o segundo pior saldo negativo da história do CAGED para o estado do Ceará, tendo superado o fechamento de vagas observado em janeiro de 2009. Com isso, mantida essa tendência de expectativas negativas por parte dos agentes econômicos será possível observar novos saldos negativos recordes de destruição de postos de trabalho tanto no país quanto no Ceará até o final de 2016, mostrando sinais de que a atual crise é nitidamente superior a observada em 2009.

**Gráfico 5.6:** Evolução mensal do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – março/2011 a março/2016

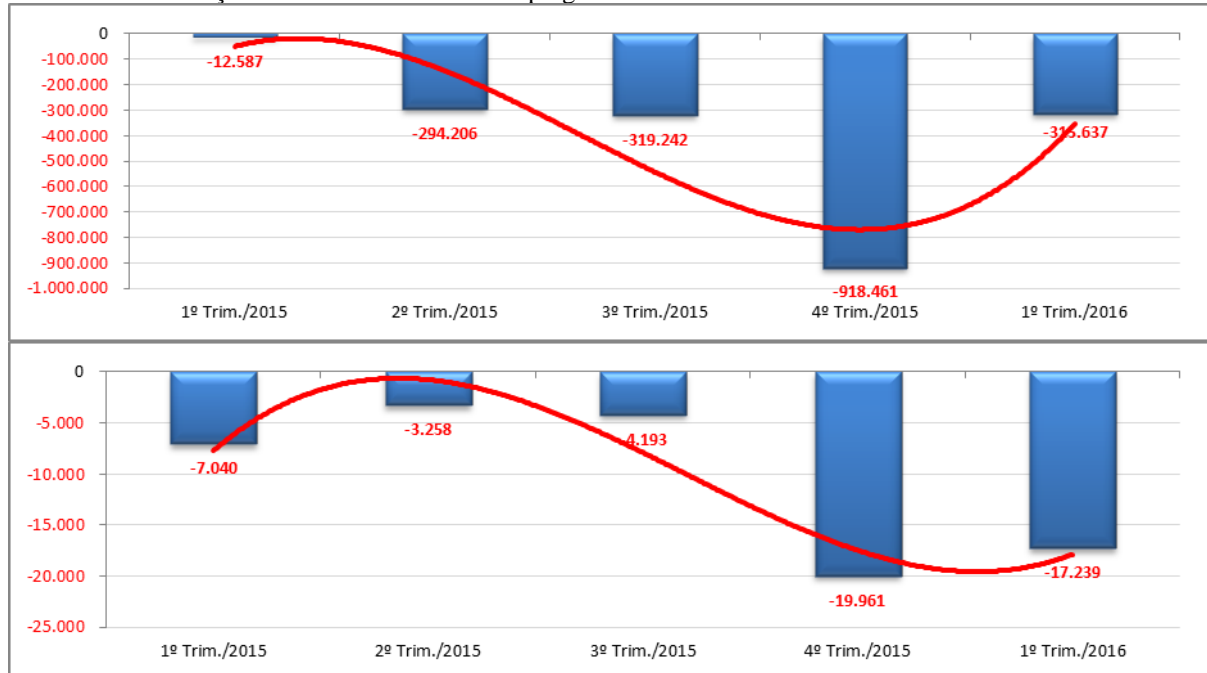


Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 29/05/2016.

O Gráfico 5.7 a seguir mostra a evolução trimestral do saldo de empregos com carteira assinada brasileiro e cearense ao longo do ano de 2015 e início de 2016. Observa-se que o fechamento de vagas de trabalho deu-se de modo crescente ao longo do ano de 2015, alcançando a maior marca no último trimestre desse ano, com saldo negativo bastante expressivo de 918.461 vagas, número este bem superior ao observado em igual período de 2014, quando foram fechadas 579.920 vagas. O primeiro trimestre de 2016 deteriorou ainda mais o resultado negativo já observado no primeiro trimestre de 2015, com o fechamento de 315.637 vagas, pior saldo para o referido período.

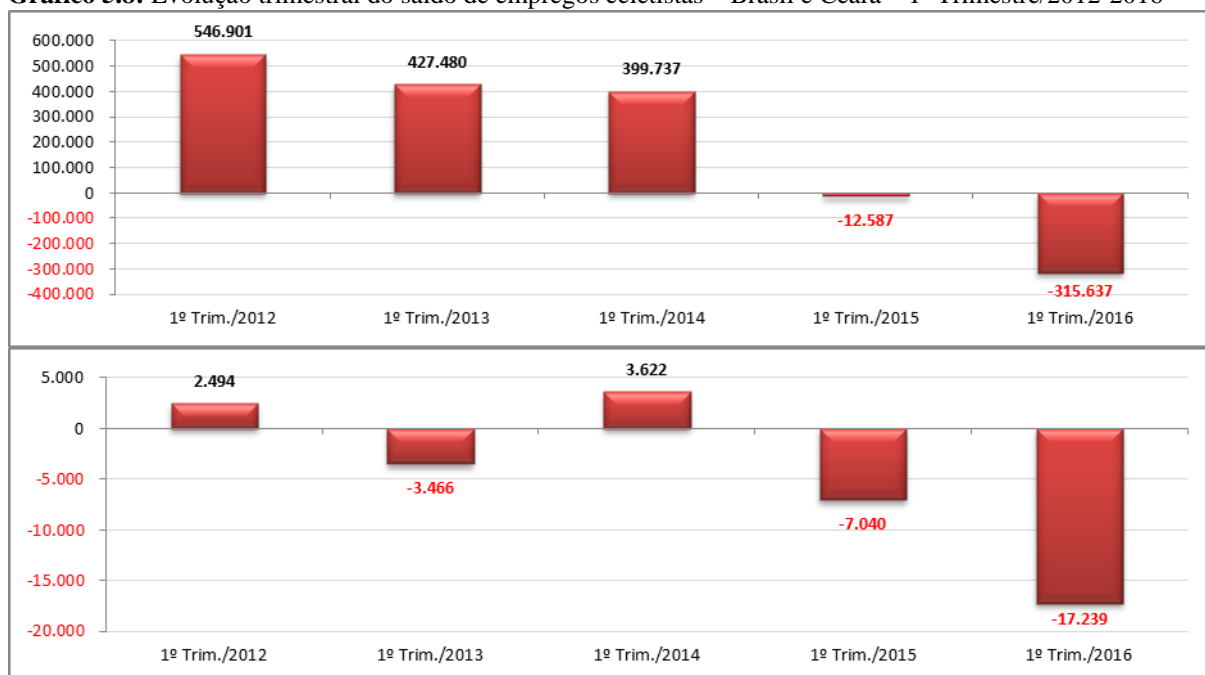
No estado do Ceará, também foi observado fechamento de postos de trabalho em todos os trimestres do ano de 2015, com a maior perda de vagas de emprego novamente ocorrendo no quarto trimestre. No primeiro trimestre de 2016 o saldo negativo observado foi bastante aproximado do registrado no final de 2015, passando a ser o segundo pior saldo trimestral registrado na história do CAGED. Somente nos três primeiros meses do ano de 2016 foi fechado metade dos postos de trabalho celetistas fechados no acumulado em todo o ano de 2015.

**Gráfico 5.7:** Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 1º Trim./2015 ao 1º Trim./2016



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 29/05/2016.

A partir do Gráfico 5.8 abaixo é possível observar a evolução do saldo de empregos celetistas brasileiro e cearense para o primeiro trimestre dos últimos cinco anos. Em 2016, a destruição de vagas de trabalho com carteira assinada foi alarmante, distanciando-se bastante dos resultados observados nos anos de 2012 a 2014. Na economia cearense já é comum ocorrerem fechamento de postos de trabalho por conta principalmente das demissões de contratos temporários do final do ano anterior e pelo fraco mês de vendas de março. Todavia, o resultado observado em 2016 está muito além de qualquer previsão, superando em mais de duas vezes o maior saldo negativo da história do CAGED para o referido período.

**Gráfico 5.8:** Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 1º Trimestre/2012-2016

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 29/05/2016.

#### *Análise dos Empregos Celetistas por Atividades*

O Gráfico 5.9, a seguir, apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores no estado do Ceará ao longo dos quatro trimestres de 2015 e primeiro trimestre de 2016. Nota-se que a indústria Extrativa mineral registrou fechamento de vagas em todos os trimestres do ano de 2015, sendo a maior logo no início do ano. No primeiro trimestre também foi observada perda de postos de trabalho (-15 vagas), mas bem abaixo na comparação com igual período de 2015 (-127 vagas).

Já com relação à Indústria de transformação observa-se que a destruição de postos de trabalho acentuou-se trimestre após trimestre de 2015, finalizando o ano com o maior saldo negativo de empregos. O ano de 2016 iniciou com o pior saldo negativo da história da indústria de transformação para o referido período desde 2004, tendo superado o saldo negativo do primeiro trimestre de 2015 em quase quatro vezes e segundo pior saldo negativo da história do CAGED, superado apenas pelo saldo negativo do último trimestre de 2015.

Os Serviços industriais de utilidade pública apresentaram forte saldo positivo de empregos no primeiro trimestre do ano de 2015, destruindo postos a partir de então. O ano de 2016 não começou bem para o setor, com fechamento de 613 postos de trabalho, maior saldo negativo para o período.

A Construção civil apontou sinais de recuperação do emprego no segundo trimestre de 2015, vindo a piorar até o quarto trimestre do referido ano. Em 2016, voltou a apresentar saldo negativo de empregos, pela segunda vez consecutiva. O setor de Comércio mostrou recuperação

do emprego apenas no último trimestre do ano de 2015, em função das contratações de final de ano. No primeiro trimestre de 2016, também foi registrado o pior saldo negativo da história do CAGED com fechamento de 6.667 postos de trabalho com carteira assinada. Os Serviços passaram a apresentar fechamento de vagas nos últimos dois trimestres do ano de 2015, algo nunca ocorrido antes na economia local desde 2004. O primeiro trimestre de 2016 dá continuidade a essa trajetória fechando 412 vagas de trabalho, diferindo dos resultados positivos para o mesmo período observado nos últimos dois anos.

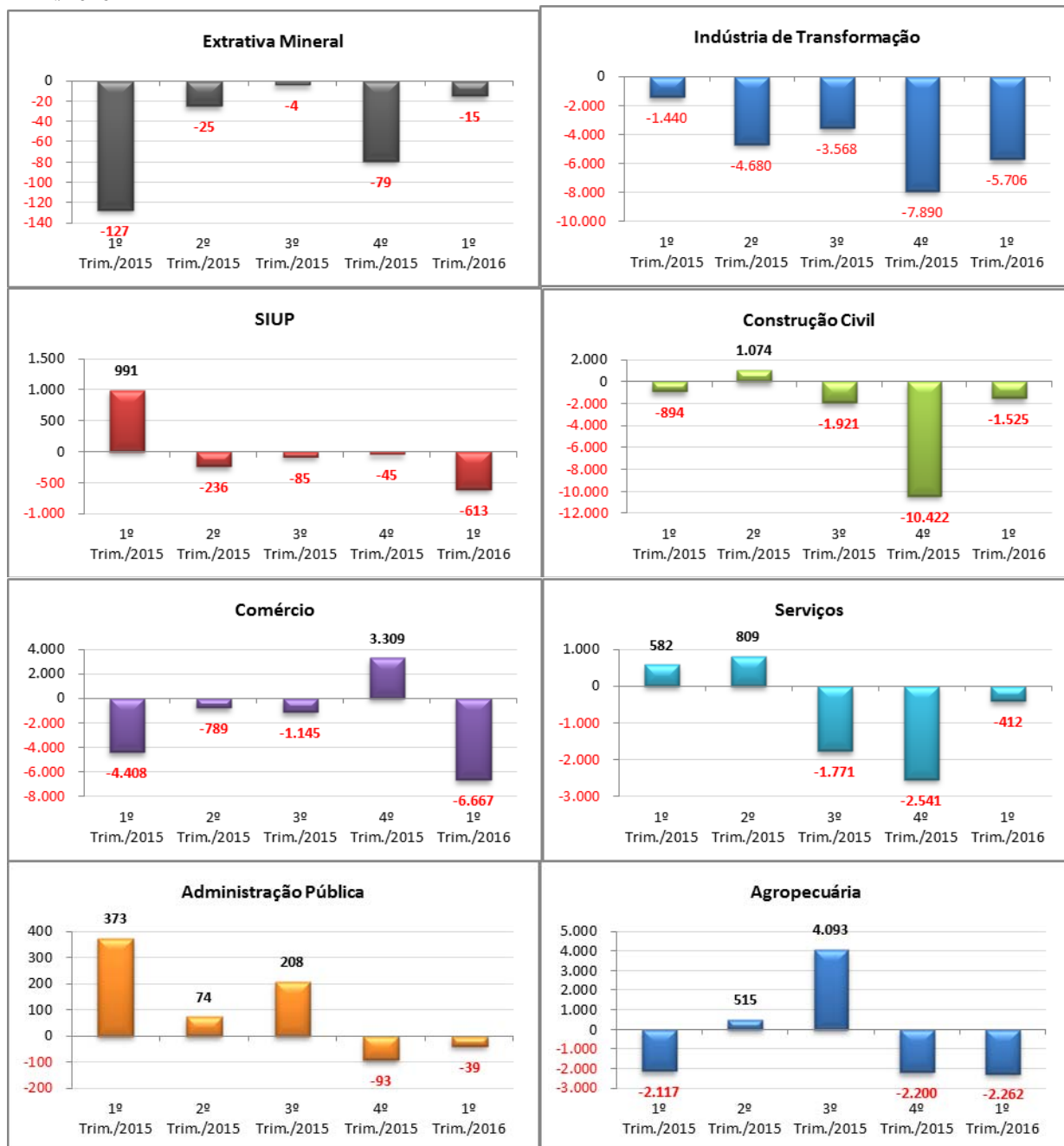
A Administração pública apresentou saldo positivo de empregos nos três primeiros trimestres do ano, com bom número de novas contratações logo no primeiro trimestre de 2015. Em 2016, tem-se um saldo negativo de empregos de 39 vagas no acumulado dos três primeiros meses.

Por fim, a Agropecuária cearense manteve o ritmo sazonal de contratações e demissões, com saldo positivo crescente entre o segundo e terceiro trimestre de 2015 e forte número de demissões no primeiro e quarto trimestre do mesmo ano. Em 2016 não foi diferente, tendo ocorrido demissões no acumulado do primeiro trimestre de 2.262 vagas.

Todos os oito setores registraram saldo negativo de emprego no primeiro trimestre do ano de 2016: Comércio (-6.667 vagas); Indústria de transformação (-5.706 vagas); Agropecuária (-2.262 vagas); Construção civil (-1.525 vagas); SIUP (-613 vagas); Serviços (-412 vagas); Administração pública (-39 vagas); e Indústria extrativa mineral (-15 vagas).



**Gráfico 5.9:** Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores –Ceará – 1º Trim./2015 ao 1º Trim./2016



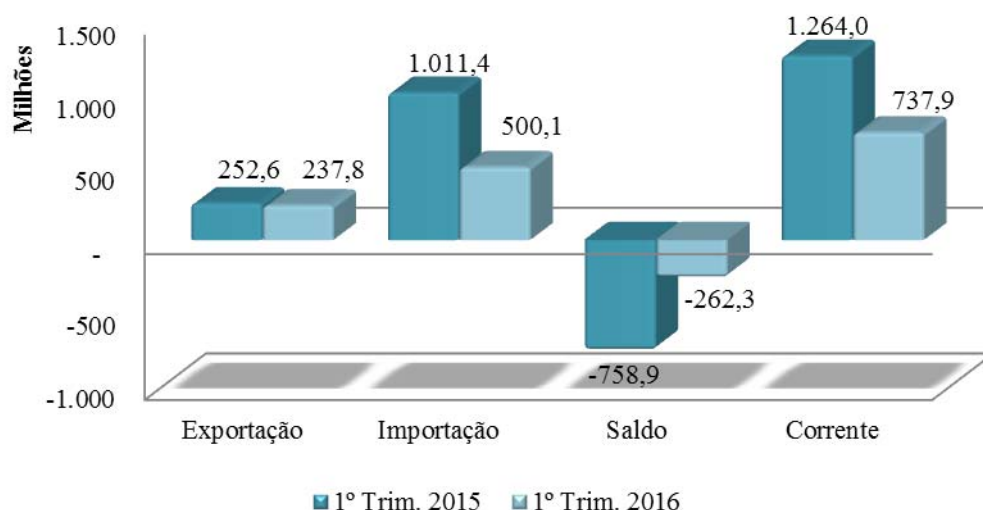
Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 05/03/2015.

## 6 COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Ceará no primeiro trimestre de 2016 totalizaram US\$ 237,8 milhões, expressando uma redução de 5,84% em relação ao mesmo período de 2015. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 500,1 milhões apresentando uma queda relevante de 50,56%, comparada também ao mesmo período do ano anterior. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit (-US\$ 262,3 milhões), menor que o observado no mesmo período do ano passado (-US\$ 758,9 milhões).

Esse movimento das exportações e importações levou a corrente de comércio exterior do Ceará nos três primeiros meses do ano a alcançar o valor de US\$ 737,9 milhões, com queda de 41,62% em relação ao mesmo período de 2015 (Gráfico 6.1).

**Gráfico 6.1:** Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões – FOB) – 1º Trimestre 2015-2016



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

No panorama nacional, o Ceará se classificou como o décimo quarto estado exportador do Brasil, apresentando uma participação de 0,6% do total nacional. Por outro lado, permanece na décima quinta posição com relação às importações, participando com 1,55% do total. No cenário regional, o Estado ocupou o terceiro lugar, contribuindo com 8,61% do total exportado pelo Nordeste no primeiro trimestre de 2016, sendo superado apenas pelos estados da Bahia e Maranhão. Com relação às importações, o Ceará permaneceu em quarto lugar ficando atrás da Bahia (1º), Pernambuco (2º) e Maranhão (3º).

### **Exportações**

A pauta de exportação cearense no primeiro trimestre de 2016 manteve-se liderada pelas vendas de calçados e suas partes, que representou 28,09% do total exportado pelo estado,

totalizando o valor de US\$ 66,79 milhões. Porém, houve uma queda na exportação desse setor (-6,00%), quando comparada ao primeiro trimestre de 2015.

Couros e peles ocuparam o segundo lugar gerando uma receita de aproximadamente US\$ 39,99 milhões e uma participação de 16,82% do total da pauta de vendas nesse primeiro trimestre de 2016. No entanto, houve uma queda de 16,89% na venda desse segmento comparada ao mesmo período do ano anterior.

Castanha de caju subiu de posição e ocupou o terceiro lugar na pauta. Esse produto cresceu 24,29% em relação ao mesmo período de 2015, com cifra de US\$ 24,66 milhões, participando com 10,37% do total exportado pelo Ceará no primeiro trimestre do ano.

Destaca-se o crescimento do valor exportado de têxteis (+58,19), máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos (+78,47%) e no valor absoluto de peixes e crustáceos, que passou de US\$ 1,77 milhão em 2015, para US\$ 5,59 milhões em 2016 (Tabela 6.1).

**Tabela 6.1:** Principais produtos exportados – 1º trimestre – 2015-2016 (US\$ FOB)

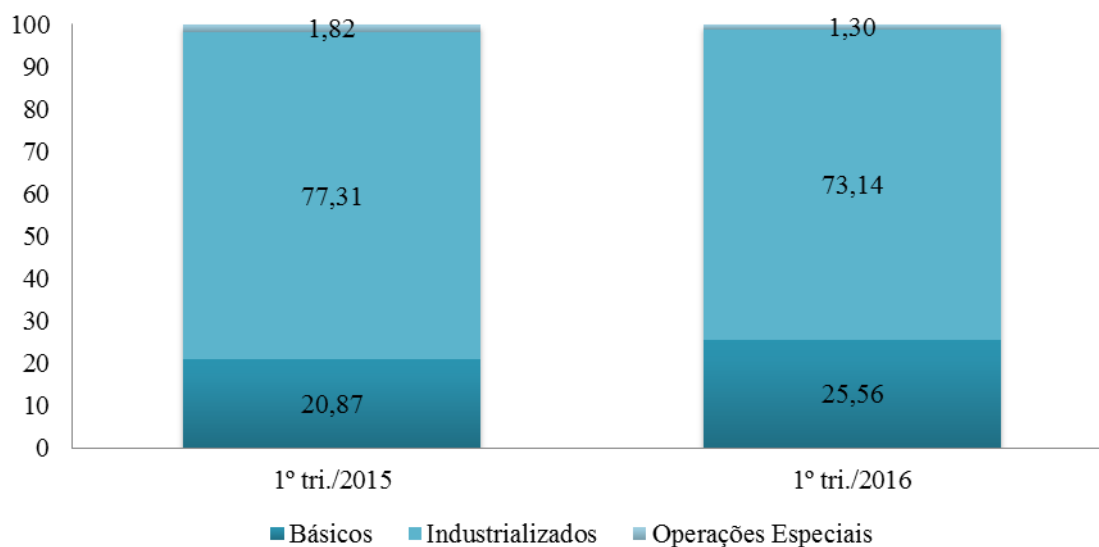
Principais Produtos	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part.%15	US\$ FOB	Part.%16	
Calçados e suas partes	71.060.225	28,14	66.795.864	28,09	-6,00
Couros e Peles	48.122.989	19,05	39.995.428	16,82	-16,89
Castanha de caju	19.839.186	7,86	24.658.483	10,37	24,29
Frutas (exceto castanha de caju)	22.407.469	8,87	23.547.574	9,90	5,09
Ceras vegetais	20.220.891	8,01	14.954.047	6,29	-26,05
Preparações alimentícias diversas	13.159.526	5,21	14.316.998	6,02	8,80
Têxteis	8.146.450	3,23	12.887.275	5,42	58,19
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	6.208.241	2,46	11.079.890	4,66	78,47
Peixes e crustáceos	1.775.400	0,70	5.598.712	2,35	-
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	4.082.702	1,62	4.894.783	2,06	19,89
Demais Produtos	37.530.386	14,86	19.070.888	8,02	-49,19
<b>Ceará</b>	<b>252.553.465</b>	<b>100,00</b>	<b>237.799.942</b>	<b>100,00</b>	<b>-5,84</b>

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

#### **Fator Agregado**

No primeiro trimestre do ano, a exportação por fator agregado do Ceará é dada principalmente por produtos industrializados, como pode ser analisado no Gráfico 6.2. As exportações de produtos básicos no primeiro trimestre de 2016 apresentaram um aumento de 15,31%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, tendo atingido o valor de US\$ 60,77 milhões, ou 25,56% do total.

Já as exportações de produtos industrializados representaram 73,14% do total no primeiro trimestre de 2016, e totalizou um valor de US\$ 173,92 milhões, tendo reduzido 10,92% quando comparado ao mesmo período de 2015.

**Gráfico 6.2:** Participação das Exportações Cearenses por Fator Agregado (%) – 1º trimestre 2015-2016

**Fonte:** SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE

#### *Destinos*

Os três principais destinos que se destacaram por sua representatividade nas exportações cearenses foram os Estados Unidos, Argentina e Países Baixos (Holanda). Os Estados Unidos continuam se destacando como principal país comprador dos produtos cearenses, apresentando crescimento de 17,7% e participação de 24,54%, totalizando o valor de US\$ 58,34 milhões. Os principais produtos adquiridos pelos EUA da pauta do estado foram castanha de caju, calçados e suas partes, sucos de frutas, ceras vegetais, peixes congelados, entre outros.

Em segundo lugar vem a Argentina, apresentando crescimento de 40,2% quando comparado ao primeiro trimestre do ano anterior, alcançando o valor de US\$ 18,8 milhões, sendo a maior parte das receitas proveniente das vendas de calçados e têxteis.

Ocupando o terceiro lugar nas exportações cearenses, a Holanda apresentou um crescimento de 3,65% em suas compras em relação ao mesmo período do ano passado, importando do Ceará o equivalente a US\$ 17,05 milhões, com destaque para melões, castanha de caju, ceras vegetais, melancias e mamões.

É importante apontar a acentuada queda das exportações para vários mercados consumidores, como a China (-25,16%), Itália (-44,32%), entre outros.

**Tabela 6.2:** Principais Destinos das Exportações - 1º Trimestre de 2015-2016 (US\$ FOB)

Principais Países	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part.%15	US\$ FOB	Part.%16	
Estados Unidos	49.574.858	19,63	58.347.672	24,54	17,70
Argentina	13.412.276	5,31	18.804.675	7,91	40,20
Países Baixos (Holanda)	16.453.098	6,51	17.054.352	7,17	3,65
Hungria	12.282.587	4,86	16.461.506	6,92	34,02
Alemanha	12.367.551	4,90	16.232.966	6,83	31,25
China	14.941.719	5,92	11.182.083	4,70	-25,16
Reino Unido	9.810.932	3,88	10.952.194	4,61	11,63
Itália	16.209.601	6,42	9.024.858	3,80	-44,32
Espanha	7.968.433	3,16	7.023.330	2,95	-11,86
México	4.854.918	1,92	5.903.602	2,48	21,60
Demais Produtos	94.677.492	37,49	66.812.704	28,10	-29,43
<b>Ceará</b>	<b>252.553.465</b>	<b>100,00</b>	<b>237.799.942</b>	<b>100,00</b>	<b>-5,84</b>

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

### *Importações*

Enquanto que as importações brasileiras reduziram 33,40% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior, as importações cearenses tiveram uma queda maior, de 50,56%. Em termos absolutos, o estado importou o equivalente a US\$ 1,01 bilhão no primeiro trimestre de 2015, caindo para US\$ 500 milhões em 2016. No rol das importações cearenses com relação ao primeiro trimestre, três produtos se destacaram pela sua relevância: combustíveis minerais, máquinas e equipamentos e trigo (Tabela 6.3).

O estado importou menos combustíveis minerais no primeiro trimestre de 2016 (queda de 64,62%) em comparação ao mesmo período de 2015, afetando as importações totais no período. Ainda assim, essa conta foi responsável por 39,54% do total adquirido pelo Ceará. Esse setor foi representado principalmente pelas compras de Gás Natural Liquefeito e hulhas betuminosas.

O grupo de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos foi o segundo colocado nas importações do Estado, com valor de US\$ 89,57 milhões, representando, aproximadamente, 17,91% do total das importações nesse período, com queda de 3,12% em relação ao primeiro trimestre de 2015. “Outros trigos e misturas de trigo com centeio” ficaram em terceiro lugar, com valor de US\$ 39,7 milhões (7,94%), crescendo 2,24% suas importações em relação ao mesmo período de 2015.

Apesar da relevância desses três produtos na pauta, houve uma redução das compras cearenses em relação às outras mercadorias, como produtos químicos (-11,75%), produtos metalúrgicos (-71,66%), entre outros.

**Tabela 6.3:** Principais Produtos Importados (US\$ FOB) – 1º Trimestre 2015-2016

Principais Produtos	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part.%15	US\$ FOB	Part.%16	
Combustíveis Minerais	558.937.357	55,26	197.741.062	39,54	-64,62
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	92.460.494	9,14	89.577.739	17,91	-3,12
Trigos e mistura de trigo com centeio	38.834.015	3,84	39.702.239	7,94	2,24
Produtos químicos	42.986.344	4,25	37.934.005	7,59	-11,75
Produtos metalúrgicos	104.230.241	10,31	29.537.397	5,91	-71,66
Têxteis	51.099.531	5,05	27.297.704	5,46	-46,58
Plásticos e suas obras	20.042.316	1,98	12.273.358	2,45	-38,76
Óleos de dendê	14.936.027	1,48	12.075.056	2,41	-19,15
Aeronaves e aparelhos espaciais	11.554.526	1,14	7.514.804	1,50	-34,96
Vestuário e outros artefatos têxteis	6.252.978	0,62	4.093.557	0,82	-34,53
Demais Produtos	70.097.236	6,93	42.305.652	8,46	-39,65
<b>Ceará</b>	<b>1.011.431.065</b>	<b>100,00</b>	<b>500.052.573</b>	<b>100,00</b>	<b>-50,56</b>

Fonte: SECEX/MDIC Elaboração: IPECE.

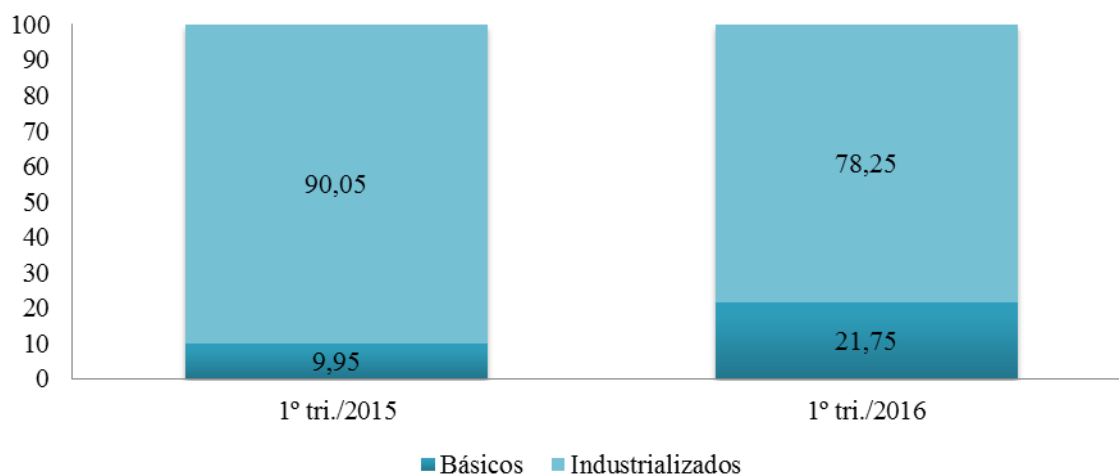
#### *Fator Agregado*

Com relação à importação por fator agregado, observa-se no período analisado que a pauta importadora do estado é composta, principalmente, por produtos industrializados (Gráfico 6.3).

Os Produtos básicos representaram 21,75% das importações cearenses no primeiro trimestre de 2016, aumentando em termos de participação em relação ao mesmo período do ano anterior (9,95%). Dessa forma, houve crescimento de 8,06% nas compras desse setor em relação ao primeiro trimestre de 2015.

Já as importações de produtos industrializados representaram 78,25% no primeiro trimestre de 2016, diminuindo em termos de participação em comparação ao primeiro trimestre de 2015 (90,05%), apresentando queda de 57,03% nas importações nesse período.

**Gráfico 6.3:** Participação das Importações Cearenses por Fator Agregado (%) – 1º trimestre – 2015-2016



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

**Origens**

As importações da China no primeiro trimestre de 2016 foram da ordem de US\$ 91,7 milhões (18,34% do total), apresentando queda de 39,23% em relação ao 1º trimestre de 2015, sendo representada majoritariamente pela importação de produtos químicos, máquinas e equipamentos, produtos metalúrgicos e têxteis.

As importações da Noruega representaram US\$ 44,13 milhões (8,83%), com queda de 57,69% em relação ao mesmo período de 2015, principalmente Gás Natural Liquefeito.

Destaque para os Estados Unidos, que vendeu para o estado o equivalente a US\$ 39,12 milhões, com crescimento de 60,26% em relação ao primeiro trimestre de 2015. Foi adquirido desse país, principalmente, um avião, máquinas e equipamentos, combustíveis minerais, trigos, entre outros (Tabela 6.4).

**Tabela 6.4:** Principais Origens dos Produtos Importados (US\$ FOB) - 1º Trimestre -2015-2016

Principais Países	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part.%15	US\$ FOB	Part.%16	
China	150.919.944	14,92	91.708.404	18,34	-39,23
Noruega	104.316.393	10,31	44.135.942	8,83	-57,69
Estados Unidos	24.409.806	2,41	39.120.168	7,82	60,26
Catar	55.976.903	5,53	39.021.115	7,80	-30,29
Nigéria	53.215.705	5,26	35.348.432	7,07	-33,58
Colômbia	57.015.510	5,64	32.677.537	6,53	-42,69
Argentina	42.989.971	4,25	29.300.765	5,86	-31,84
Alemanha	29.559.623	2,92	22.156.467	4,43	-25,04
Trinidad e Tobago	166.610.511	16,47	18.638.931	3,73	-88,81
Indonésia	23.765.257	2,35	16.820.051	3,36	-29,22
Demais Produtos	302.651.442	29,92	131.124.761	26,22	-56,67
<b>Ceará</b>	<b>1.011.431.065</b>	<b>100,00</b>	<b>500.052.573</b>	<b>100,00</b>	<b>-50,56</b>

Fonte: SECEX/MDIC Elaboração: IPECE.



## 7 FINANÇAS PÚBLICAS

A situação das contas públicas cearenses, no começo de 2016, está em situação melhor do que o início do ano anterior, tendo em vista que houve um incremento de 0,1% nas “Receitas Correntes” do Estado no 1º trimestre de 2016, quando comparado com idêntico período de 2015. Apesar desse desempenho, as duas principais fontes de recursos do Governo Estadual, “Receitas Tributárias” e “Transferências Correntes”, apresentaram, respectivamente, queda de 1,0% e 7,6%.

Tabela 7.1: Receitas do Governo Estadual no Primeiro trimestre de 2015 e 2016 – (R\$1.000,00 de 1º trim. 2016)

Descrição	1º Trimestre				
	2015		2016		Var (%)
	R\$	%	R\$	%	
Receitas correntes	5.162.255	92,9	5.165.163	89,9	0,1
Receita tributária	2.898.879	52,2	2.870.583	50,0	-1,0
Transferências correntes	1.983.788	35,7	1.833.898	31,9	-7,6
Outras receitas correntes	279.588	5,0	460.682	8,0	64,8
Receitas de capital	228.172	4,1	371.592	6,5	62,9
Operações de crédito	147.200	2,6	272.029	4,7	84,8
Outras receitas de capital	80.972	1,5	99.563	1,7	23,0
Receitas intraorçamentárias	165.177	3,0	208.186	3,6	26,0
Total geral	5.555.603	100,0	5.744.941	100,0	3,4
Receita corrente líquida	4.194.215	75,5	4.220.308	73,5	0,6

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Obs: Corrigido pela média do IPCA do primeiro trimestre.

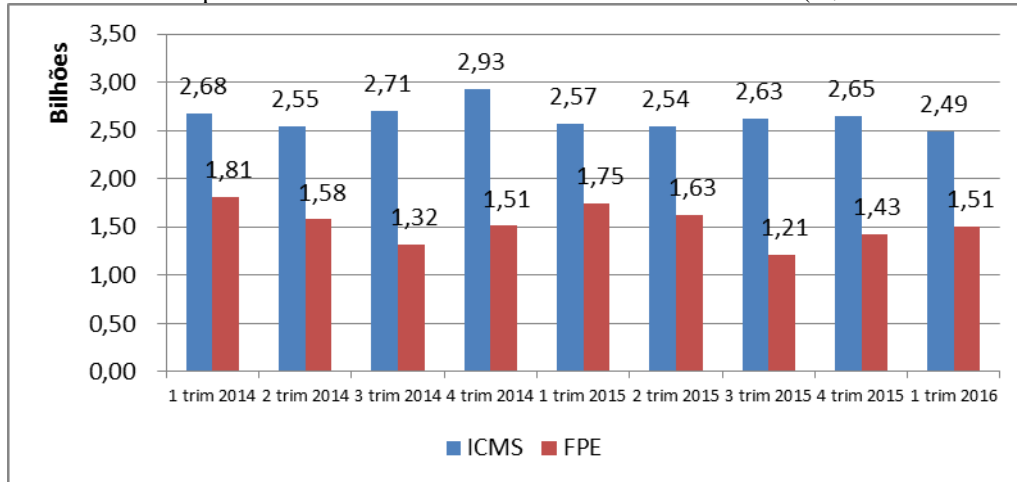
Nesse sentido, o crescimento das receitas estaduais esteve associado ao comportamento das “Outras Receitas Correntes”, cujo crescimento foi de 64,8% entre os três primeiros meses de 2016 comparado ao primeiro trimestre de 2015. Esse desempenho impressionante é decorrente, principalmente, da inclusão dos recursos originários de depósitos judiciais nas contas orçamentárias cearenses, um total de R\$ 144 milhões lançado entre as receitas disponíveis, correspondendo a 79,7% do crescimento da conta “Outras Receitas Correntes”.

Quanto as “Receitas de Capital”, observa-se que elas cresceram 62,9%, entre os dois períodos em análise. Esse comportamento deveu-se ao incremento de 84,8% nas “Operações de Crédito” do Estado, isto é, a contratação de empréstimos pelo Governo do Estado.

Um último ponto a ser destacado quanto ao comportamento das receitas foi o crescimento de 0,6% das “Receitas Correntes Líquidas”. É importante observar o comportamento desse indicador, pois se considera essa receita para o cálculo dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão às receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento dos repasses são apresentados no Gráfico 7.1. Como pode ser observado as receitas de ICMS, no primeiro trimestre de 2016, caíram tanto quando se compara com idêntico período do ano anterior como com o trimestre imediatamente anterior, sendo os percentuais de 3,1% e 5,8%, respectivamente.

Gráfico 7.1: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R\$ 1º Trim de 2016)



Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Com relação ao FPE, pode-se observar que houve uma queda de 13,7%, comparativamente ao 1º trimestre do ano anterior, e um crescimento de 5,6% dos repasses desse Fundo, relativamente ao trimestre anterior. Dois fatos relativos ao FPE são dignos de nota: o primeiro é que o valor repassado no primeiro trimestre de 2016 é o mais baixo já registrado no início do ano, desde 2014. Já o segundo fato é que as receitas com FPE em 2015 foram, em todos os trimestres, inferiores às verificadas em 2014. Esses dois fatos reforçam as expectativas negativas quanto ao comportamento dessa fonte de receitas para o ano de 2016.

Observando-se o comportamento das despesas do Governo Estadual, é possível constatar, na Tabela 7.2, que as despesas correntes caíram 1,9%, quando se compara o primeiro trimestre de 2016 com o de 2015. Essa redução é devida ao comportamento das despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, que decresceram 4,4% entre os dois períodos. Já pagamento de “juros e encargos da dívida” cresceram 8,9%. Ressalte-se que a despesa com “juros e Encargos da dívida” representaram, no primeiro trimestre de 2016, 2,8% da Receita Corrente Líquida do trimestre.

Por sua vez, as “Despesas de Capital” tiveram um incremento, entre os dois períodos em análise, de 11,2%, destacando-se a queda de 18,3% nos “Investimentos” estaduais. Nesse sentido o crescimento das “Despesas de Capital” foi uma consequência do crescimento das

“Amortizações”, que tiveram um incremento de 56,1% entre os períodos em análise. Dessa forma, é possível supor que parte dos recursos captados via empréstimos no primeiro trimestre de 2016, que são registrados na conta “Operações de Crédito”, podem ter sido utilizados para a rolagem da dívida estadual.

Tabela 7.2: Despesas do Governo Estadual no Primeiro trimestre de 2014 e 2015 – (R\$1.000,00 de 1º trim. 2016)

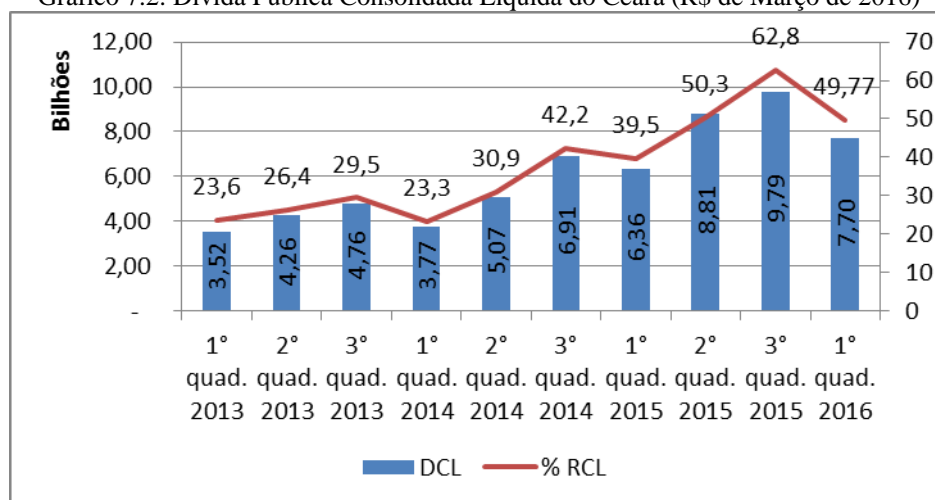
Descrição	1º Trimestre				Var (%)
	2015		2016		
	R\$	%	R\$	%	
Despesas correntes	4.285.969	90,4	4.206.534	89,3	-1,9
Pessoal e encargos sociais	2.464.262	52,0	2.355.502	50,0	-4,4
Juros e encargos da dívida	107.008	2,3	116.521	2,5	8,9
Outras despesas correntes	1.714.698	36,2	1.734.512	36,8	1,2
Despesas de capital	453.912	9,6	504.575	10,7	11,2
Investimentos	306.926	6,5	250.697	5,3	-18,3
Amortizações	138.485	2,9	216.161	4,6	56,1
Inversões financeiras	8.501	0,2	37.717	0,8	343,7
Reserva de contingência	-	-	-	-	-
<b>Total geral</b>	<b>4.739.881</b>	<b>100,0</b>	<b>4.711.109</b>	<b>100,0</b>	<b>-0,6</b>

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Obs: Corrigido pela média do IPCA do primeiro trimestre.

Por fim, no Gráfico 7.2 é observado o comportamento da “Dívida Pública Consolidada Líquida” do Ceará. De acordo com os dados é possível constatar que a dívida pública estadual apresenta tendência de crescimento desde o primeiro quadrimestre de 2013. Todavia, no primeiro quadrimestre de 2016 houve uma queda de, aproximadamente, 2,1 bilhões. Dessa forma, a dívida pública consolidada líquida representava 49,77% da Receita corrente líquida, no primeiro quadrimestre de 2016.

Gráfico 7.2: Dívida Pública Consolidada Líquida do Ceará (R\$ de Março de 2016)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração: IPECE.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estimativas de crescimento da economia mundial para o ano de 2016 apontam para uma taxa de de 3,2%, próxima da registrada para o ano de 2015 (3,1%), conforme dados do FMI, na publicação do *World Economic Outlook Update* de abril de 2016.

Não obstante algumas oscilações, desde o segundo trimestre de 2014 o PIB nacional vem apresentando uma série de quedas sucessivas, conforme já relatado pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV que previu uma trajetória de queda da atividade econômica nacional.

Assim, o que inicialmente começou com uma leve recessão tem-se tornado uma das maiores depressões da história econômica brasileira. A leve queda de 0,3% neste primeiro trimestre de 2016 já ocorre em uma base baixa do quarto trimestre de 2015, quando houve recuo de -1,3%. Já a economia cearense apresentou uma queda de 5,51% no primeiro trimestre de 2016 com relação ao mesmo período de 2015. Esta queda mostra que a economia do Ceará vem sofrendo as consequências da crise macroeconômica brasileira registrada a partir do segundo trimestre de 2014. Essa crise repercutiu no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, quando registrou-se a primeira queda daquele ano (-5,69%).

Desde o ano passado os reservatórios de água vêm se constituindo em preocupação para o Governo do Estado. As chuvas do primeiro trimestre de 2016 não foram suficientes para melhorar a capacidade dos reservatórios. O nível das bacias hidrográficas cearenses em março correspondia a apenas 13,46%.

Todavia, as expectativas de chuvas no começo do ano foram melhor do que ano passado, levando os agricultores a começarem a plantar. As estimativas realizadas pela LSPA/IBGE para a produção de grãos no Ceará indicam um crescimento no ano de 2016, comparada a produção obtida em 2015. Destaque para o aumento da produção das culturas de milho e feijão, que apontam variação de 293,61% e 140,34%, respectivamente. A produção de arroz indica crescimento menor, de apenas 14,71%, comparada a quantidade obtida em 2015. A produção de frutas em 2016 também indica bons resultados para quase todas as culturas, destacando o coco-da-baía, com crescimento de (70,75%), mamão (48,27%), goiaba (42,23%), laranja (35,35%) e maracujá (30,96%), todas da lavoura permanente. Já o melão deverá experimentar queda de produção, com taxa de -64,9%.

Nos meses iniciais de 2016, a indústria de transformação cearense manteve o padrão de comportamento que a vem caracterizando desde o início de 2014. No primeiro trimestre do ano, a manufatura estadual registrou uma retração de 8,5% quando comparada ao mesmo

período de 2015, de acordo com o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE).

Quando se faz a comparação trimestral, o resultado se constitui no oitavo trimestre seguido de queda na produção da indústria cearense. Como já destacado nos informativos anteriores, tem-se um quadro de redução continuada na atividade industrial, o que torna cada novo resultado negativo ainda mais expressivo, dada a base de comparação já bastante deprimida.

Convém destacar, também, que a redução da produção industrial é uma conjuntura comum a quase todas as unidades da federação. O ambiente de menor dinamismo econômico e retração na indústria ocorre na maior parte dos Estados brasileiros, independente do perfil de sua indústria ou do nível de competitividade apresentada por este setor.

A redução na produção no primeiro trimestre do ano de 2016 afetou nove dos onze setores pesquisados na indústria cearense. Entre os meses de janeiro a março, apenas a fabricação de produtos químicos e de derivados do petróleo registraram expansão em relação ao início de 2015, respectivamente, 22,4% e 7,7%. Segmentos importantes da indústria local registraram resultados negativos: Couro e calçados (-12,0%), Alimentos (- 6,7%) e Bebidas (-13,3%).

No que tange ao varejo comum, as maiores quedas trimestrais passaram a ser observadas no primeiro trimestre de 2016, reflexo da piora do quadro da crise econômica enfrentada pelo país. Em março de 2016 foram registradas as maiores quedas no acumulado de 12 meses iguais a 5,8% para o varejo nacional e 5,5% para o varejo cearense. O varejo ampliado experimentou uma trajetória de queda trimestral tanto no Brasil quanto no Ceará, sendo que, diferente do ocorrido no varejo comum as vendas cearenses apresentaram quedas mais significativas que o varejo nacional, confirmando, assim, a maior deterioração nas vendas locais provocadas pelo forte desaquecimento nas vendas dos setores de veículos e de materiais de construção.

Deve-se ressaltar que no último trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2016 todos os estados brasileiros apresentaram queda nas vendas do varejo comum. Adicionalmente, observa-se que no ano de 2016 nenhuma atividade conseguiu registrar crescimento nas vendas do varejo local.

Ao longo de 2015 a taxa de desemprego no Ceará entra num processo de alta sistemática. Na região Nordeste, já a partir do segundo trimestre do ano de 2015, a taxa atinge o patamar de 10,3% chegando ao primeiro trimestre de 2016 em 12,8%. Para o Brasil e Ceará esse primeiro trimestre do ano encerra-se com uma taxa de quase 11% tendo crescido quase dois pontos percentuais com relação ao trimestre anterior. Para se ter uma idéia, somente nos três

primeiros meses do ano de 2016 foi fechado metade dos postos de trabalho celetistas fechados no acumulado em todo o ano de 2015.

Na indústria de transformação, por exemplo, o ano de 2016 iniciou com o pior saldo negativo da história para o primeiro trimestre desde 2004, tendo superado o saldo negativo do primeiro trimestre de 2015 em quase quatro vezes. Já a Construção civil apresentou sinais de recuperação do emprego no segundo trimestre de 2015, vindo a piorar até o quarto trimestre do referido ano. Em 2016, voltou a apresentar saldo negativo de empregos, pela segunda vez consecutiva. O setor de Comércio mostrou recuperação do emprego apenas no último trimestre do ano de 2015, em função das contratações de final de ano. No primeiro trimestre de 2016, também foi registrado o pior saldo negativo da história do CAGED com fechamento de 6.667 postos de trabalho com carteira assinada. Os Serviços passaram a apresentar fechamento de vagas nos últimos dois trimestres do ano de 2015, algo nunca ocorrido antes na economia local desde 2004.

As exportações do Ceará no primeiro trimestre de 2016 totalizaram US\$ 237,8 milhões, expressando uma redução de 5,84% em relação ao mesmo período de 2015. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 500 milhões apresentando uma queda de 50,56%, comparada também ao mesmo período do ano anterior. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit (-US\$ 262,3 milhões), menor do que o observado no mesmo período do ano passado (-US\$ 758,9 milhões).

Esse movimento das exportações e importações levou a corrente de comércio exterior do Ceará nos três primeiros meses do ano a alcançar o valor de US\$ 737,9 milhões, com queda de 41,62% em relação ao mesmo período de 2015.

A pauta de exportação cearense no primeiro trimestre de 2016 manteve-se liderada pelas vendas de calçados e suas partes, que representou 28,09% do total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ 66,79 milhões. Porém, houve uma queda na exportação desse setor (-6,00%), quando comparado ao primeiro trimestre de 2015. Couros e peles ocuparam o segundo lugar, gerando uma receita de aproximadamente US\$ 39,99 milhões e uma participação de 16,82% do total. Castanha de caju subiu de posição e ocupou o terceiro lugar na pauta. Esse produto cresceu 24,29% em relação ao mesmo período de 2015, com cifra de US\$ 24,66 milhões, participando com 10,37% do total exportado pelo Ceará no primeiro trimestre do ano.

No rol das importações cearenses com relação ao primeiro trimestre, três produtos se destacaram pela sua relevância: combustíveis minerais, máquinas e equipamentos e trigo.

Com relação às finanças públicas, é interessante observar que houve um incremento de 0,1% nas “Receitas Correntes” do Estado no 1º trimestre de 2016, quando comparado com idêntico período de 2015. Apesar desse desempenho, as duas principais fontes de recursos do Governo Estadual, “Receitas Tributárias” e “Transferências Correntes”, apresentaram, respectivamente, queda de 1,0% e 7,6%. Deve-se também destacar o crescimento de 0,6% das “Receitas Correntes Líquidas”. É importante observar o comportamento desse indicador, pois se considera essa receita para o cálculo dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão às receitas de ICMS e os repasses do FPE. As receitas de ICMS caíram tanto quando se compara com idêntico período do ano anterior como com o trimestre imediatamente anterior, sendo os percentuais de 3,1% e 5,8%. Com relação ao FPE, pode-se observar que houve uma queda de 13,7%, comparativamente ao 1º trimestre do ano anterior, e um crescimento de 5,6% dos repasses desse Fundo, relativamente ao trimestre anterior.

As despesas correntes caíram 1,9%, quando se compara o primeiro trimestre de 2016 com o de 2015. Essa redução é devida ao comportamento das despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”, que decresceram 4,4% entre os dois períodos. Já pagamento de “juros e encargos da dívida” avançaram 8,9%. As “Despesas de Capital” tiveram um incremento, entre os dois períodos em análise, de 11,2%,



## 9 ARTIGO DE OPINÃO<sup>3</sup>

### *Os Perigos do Congelamento do Orçamento*

*Flavio Ataliba – Prof. CAEN-UFC, Diretor Geral do IPECE*

O Presidente interino Michel Temer corre contra o tempo e anunciou recentemente um conjunto de ideias econômicas com o objetivo de amenizar a questão fiscal do país e garantir condições mínimas para a retomada do crescimento econômico. Dentre as medidas mais importantes, tem-se a intenção de estabelecer uma regra na qual o aumento do orçamento do Governo Federal ficaria limitado ao limite da inflação do ano anterior.

Na prática, isso significa que ele seria, na melhor das alternativas, constante em termos reais ao longo do tempo. Tal sugestão tem como fundamento o argumento de que as despesas públicas cresceram nos últimos anos muito acima da inflação, o que tem contribuído fortemente para o atual quadro de desarranjo fiscal.

A despeito da preocupação em colocar uma trava no crescimento dessas despesas é oportuno salientar que tal medida pode trazer importantes implicações que precisam ser ponderadas. Dentre elas, podemos vislumbrar, por exemplo, maiores dificuldades, além das já existentes, do governo oferecer serviços públicos minimamente satisfatórios e com maior cobertura, haja vista que, com o crescimento da população, a demanda por esses serviços naturalmente tende a aumentar. Por outro lado, a capacidade do governo em atender essas necessidades, vai diminuir. É bem verdade que parte desses serviços poderia ser fornecida pela iniciativa privada, mas devemos lembrar que certas atividades são necessariamente funções de Estado, como Justiça, Fazenda, Defesa Nacional e precisam se expandir com o crescimento populacional e econômico.

A intenção de incluir essa regra na Constituição Federal explicita, na prática, o desejo de ter caráter permanente. Como consequência, o tamanho do Estado, como proporção do PIB, deverá diminuir ao longo do tempo. É difícil imaginar uma situação dessa na medida em que o Estado brasileiro pode cumprir também um papel relevante na economia no sentido de atenuar falhas de mercado e gerar externalidades ao setor produtivo.

Nesse caso, seria necessário incluir um limite de tempo para valer essa trava, mas acaba ficando complicado com a ideia de Emenda Constitucional, pois não saberíamos, a priori, qual seria o tempo. Outro ponto de reflexão é o conflito que pode gerar na distribuição do orçamento real entre as diversas rubricas. Sabe-se, por exemplo, que a população brasileira está envelhecendo e nesse sentido as despesas *per capita* com a saúde são crescentes, além do

---

<sup>3</sup> As ideias colocadas neste tópico refletem exclusivamente a visão do autor, não sendo, portanto, a posição oficial do IPECE.

que, os preços nessa área tendem a evoluir de forma mais acelerada que a inflação oficial. Por consequência, os recursos destinados para a saúde tenderão a crescer mais rápido que os outros componentes, estrangulando outras rubricas.

Ademais, devemos pensar também na influência do congelamento real do orçamento na dinâmica dos salários nas diversas carreiras do serviço público. A maior qualificação dos servidores aliada a seus ganhos advindos da experiência não seria mais revertida em promoções e ganhos reais, destruindo assim qualquer sentido de meritocracia, o que traria grandes prejuízos à administração pública.

Pensando de forma mais agregada, os ganhos de produtividade que a economia venha a ter no futuro, não seriam internalizados com essa medida, no sentido de poderem ser utilizados em novas despesas. A existência de um limite de expansão das despesas pode, também, em períodos de mais alta inflação, induzir que algumas rubricas do orçamento sejam indexadas a inflação, dificultando ainda mais a capacidade do governo de gerenciar seu orçamento.

Por fim, deve-se ter em mente que qualquer solução que se pense para o problema fiscal brasileiro não será de fácil implementação por conta, principalmente, do momento político que atravessamos. Entretanto, é importante ter claro todos os riscos envolvidos em se desenhar soluções mais radicais.